



Relatório Anual

PLANO CENIBRA 2014

CNPB 1995002356

PARECER DOS AUDITORES INDEPENDENTES

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações contábeis

Aos
Administradores, Participantes e Patrocinadores da
Fundação Vale do Rio Doce de Seguridade Social - VALIA
Rio de Janeiro - RJ

Examinamos as demonstrações contábeis consolidadas da Fundação Vale do Rio Doce de Seguridade Social – VALIA (“Entidade” ou “VALIA”), que compreendem o balanço patrimonial consolidado (representado pelo somatório de todos os planos de benefícios administrados pela Fundação Vale do Rio Doce de Seguridade Social – VALIA, aqui denominados de consolidado, por definição da Resolução CNPC nº 8) em 31 de dezembro de 2014 e as respectivas demonstrações consolidadas das mutações do patrimônio social e do plano de gestão administrativa, e as demonstrações individuais por plano de benefício que compreendem a demonstração do ativo líquido, das mutações do ativo líquido e das provisões técnicas do plano para o exercício findo naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas.

Responsabilidade da administração sobre as demonstrações contábeis

A Administração da Entidade é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis a entidades reguladas pelo Conselho Nacional de Previdência Complementar - CNPC, e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Responsabilidade dos auditores independentes

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações contábeis com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelos auditores e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis estão livres de distorção relevante.

Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e divulgações apresentados nas demonstrações contábeis. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis da Entidade para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos da Entidade. Uma auditoria inclui, também, a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações contábeis tomadas em conjunto.

Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Opinião

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira consolidada da Fundação Vale do Rio Doce de Seguridade Social – VALIA e individual por plano de benefício em 31 de dezembro de 2014 e o desempenho consolidado e por plano de benefício de suas operações para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às entidades reguladas pelo Conselho Nacional de Previdência Complementar - CNPC.

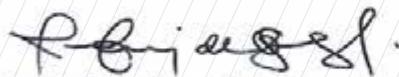
Outros Assuntos

Auditoria dos valores correspondentes ao exercício anterior

Os valores correspondentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2013, apresentados para fins de comparação, foram anteriormente auditados por outros auditores independentes que emitiram relatório datado de 28 de fevereiro de 2014, que não conteve nenhuma modificação.

Rio de Janeiro, 25 de fevereiro de 2015

KPMG Auditores Independentes
CRC SP-014428/O-6 F-RJ



José Luiz de Souza Gurgel
Contador CRC RJ-087339/O-4

BALANÇO PATRIMONIAL

Em 31 de dezembro de 2014 e 2013
(Em milhares de Reais)

Ativo	2014	2013	Passivo	2014	2013
Disponível	562	292	Exigível operacional	42.684	33.071
Realizável	18.197.635	17.199.451	Gestão Previdencial (Nota 10)	27.683	17.076
Gestão Previdencial (Nota 4)	271.704	206.673	Gestão Administrativa (Nota 11)	13.152	14.885
Gestão Administrativa (Nota 5)	21.604	20.111	Investimentos (Nota 12)	1.849	1.110
Investimentos (Nota 6)	17.904.327	16.972.667	Exigível contingencial (Nota 13)	1.362.675	1.179.003
Títulos Públicos	5.519.473	4.114.708	Gestão Previdencial	1.346.822	1.163.779
Créditos Privados e Depósitos	388.876	410.503	Gestão Administrativa	13.648	125
Ações	1.275.054	2.066.729	Investimentos	2.205	15.099
Fundos de Investimento	8.272.572	8.040.360	Patrimônio social	16.816.144	16.008.782
Investimentos Imobiliários	1.323.123	1.282.168	Patrimônio para cobertura do plano	15.802.777	14.273.928
Empréstimos	1.121.349	1.045.020	Provisões matemáticas (Nota 14)	13.398.976	12.195.571
Financiamentos Imobiliários	3.880	13.180	Benefícios Concedidos	10.020.166	9.380.199
Permanente (Nota 9)	23.306	21.114	Benefícios a Conceder	3.379.668	2.815.372
Imobilizado	2.683	2.755	(-) Provisões Matemáticas a Constituir	(858)	-
Intangível	20.623	18.359	Equilíbrio técnico	2.403.801	2.078.358
Total do ativo	18.221.503	17.220.857	Resultados realizados	2.403.801	2.078.358
			Superávit Técnico Acumulado	2.403.801	2.078.358
			Fundos (Nota 15)	1.013.367	1.734.854
			Fundos Previdenciais	733.702	1.488.933
			Fundos Administrativos	279.165	244.921
			Fundos de Investimento	500	1.000
			Total do passivo	18.221.503	17.220.857

DEMONSTRAÇÃO DO ATIVO LÍQUIDO

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2014 e 2013
(Em milhares de Reais)

Descrição	2014	2013	Variação (%)
1. Ativos	24.713	21.570	14,57
Recebível	934	846	10,43
Investimentos	23.779	20.725	14,74
Créditos Privados e Depósitos	1.638	1.473	11,17
Fundos de Investimento	22.141	19.251	15,01
2. Obrigações	23	21	7,00
Operacional	23	21	7,00
3. Fundos não Previdenciais	933	845	10,39
Fundos Administrativos	933	845	10,39
5. Ativo Líquido	23.757	20.704	14,75
Provisões Matemáticas	12.526	12.348	1,44
Superávit Técnico	8.435	2.819	199,26
Fundos Previdenciais	2.796	5.537	(49,50)

DEMONSTRAÇÃO DA MUTAÇÃO DO ATIVO LÍQUIDO

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2014 e 2013

(Em milhares de Reais)

Descrição	2014	2013	Variação (%)
A) Ativo Líquido - início do exercício	20.703	20.382	1,57
1. Adições	3.959	1.203	229,22
(+) Resultado Positivo dos Investimentos Gestão Previdencial	3.959	1.203	229,22
2. Destinações	(906)	(881)	2,84
(-) Benefícios	(906)	(881)	2,84
3. Acréscimo no Ativo Líquido (1+2)	3.053	322	849,40
(+/-) Provisões Matemáticas	178	466	(61,84)
(+/-) Fundos Previdenciais	(2.741)	1.877	(246,05)
(+/-) Superávit (Déficit) Técnico do Exercício	5.616	(2.022)	(377,78)
B) Ativo Líquido - final do exercício (A+3)	23.756	20.703	14,75
C) Fundos não previdenciais	933	845	10,39
(+/-) Fundos Administrativos	933	845	10,39

DEMONSTRAÇÃO DAS PROVISÕES TÉCNICAS DO PLANO DE BENEFÍCIOS

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2014 e 2013
(Em milhares de Reais)

Descrição	Variação		
	2014	2013	(%)
Provisões Técnicas (1+2+3+4+5)	23.780	20.725	14,74
1. Provisões Matemáticas	12.526	12.348	1,44
1.1. Benefícios Concedidos	12.526	12.348	1,44
Benefício Definido	12.526	12.348	1,44
2. Equilíbrio Técnico	8.435	2.819	199,26
2.1. Resultados Realizados	8.435	2.819	199,26
Superávit Técnico Acumulado	8.435	2.819	199,26
Reserva de Contingência	3.132	2.819	11,12
Reserva para Revisão de Plano	5.303	-	100,00
3. Fundos	2.796	5.537	(49,50)
3.1. Fundos Previdenciais	2.796	5.537	(49,50)
4. Exigível Operacional	23	21	7,00
4.1. Gestão Previdencial	23	21	7,00

DEMONSTRAÇÃO DO PLANO DE GESTÃO ADMINISTRATIVA (CONSOLIDADA)

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2014 e 2013
(Em milhares de Reais)

Descrição	2014	2013	Varição (%)
A) Fundo Administrativo do Exercício Anterior	244.921	209.766	16,76
1. Custeio da Gestão Administrativo	119.611	99.028	20,78
1.1 - Receitas	119.611	99.028	20,78
Custeio Administrativo da Gestão Previdencial	62.688	58.121	7,86
Custeio Administrativo dos Investimentos	23.842	22.662	5,21
Taxa de Administração dos Empréstimos e Financiamentos	7.036	6.190	13,66
Resultado Positivo dos Investimentos	24.815	11.214	121,29
Outras Receitas	1.230	841	46,21
2. Despesas Administrativas	85.369	63.873	33,65
2.1 - Administração Previdencial	53.698	34.762	54,47
Pessoal e Encargos (Nota 5.1.1)	20.538	16.396	25,26
Treinamentos / Congressos e Seminários	420	522	(19,51)
Viagens e Estádias	565	488	15,79
Serviços de Terceiros (Nota 5.1.2)	10.757	9.621	11,81
Despesas Gerais	5.761	5.916	(2,61)
Depreciações e Amortizações	2.128	1.787	19,06
Contingências	13.523	5	260.714,05
Outras Despesas	6	27	(78,03)
2.2 - Administração dos Investimentos	31.619	29.059	8,81
Pessoal e Encargos (Nota 5.1.1)	17.815	16.552	7,63
Viagens e Estádias	237	324	(26,81)
Serviços de Terceiros (Nota 5.1.2)	3.076	2.603	18,18
Despesas Gerais	10.491	9.581	9,50
2.5 - Outras Despesas	52	52	0,80
4. Sobra/(Insuficiência) da Gestão Administrativa (1-2-3)	34.242	35.156	(2,60)
5. Constituição/(Reversão) do Fundo Administrativo (4)	34.242	35.156	(2,60)
6. Operações Transitórias	2	-	100,00
B) Fundo Administrativo do Exercício Atual (A + 5 + 6)	279.165	244.921	13,98

DEMONSTRAÇÃO DA MUTAÇÃO DO PATRIMÔNIO SOCIAL CONSOLIDADO

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2014 e 2013
(Em milhares de Reais)

Descrição	2014	2013	Variação (%)
A) Patrimônio Social - início do exercício	16.008.782	15.974.553	0,21
1. Adições	2.492.351	1.282.358	94,36
(+) Contribuições Previdenciais	687.068	660.452	4,03
(+) Resultado Positivo dos Investimentos - Gestão Previdencial	1.685.672	522.877	222,38
(+) Receitas Administrativas	94.796	87.815	7,95
(+) Resultado Positivo dos Investimentos - Gestão Administrativa	24.815	11.214	121,29
2. Destinações	(1.718.500)	(1.248.129)	37,69
(-) Benefícios	(1.449.595)	(1.117.792)	29,68
(-) Constituição de Contingências - Gestão Previdencial	(183.033)	(49.813)	267,44
(-) Despesas Administrativas	(71.846)	(63.868)	12,49
(-) Constituição de Contingências - Gestão Administrativa	(13.524)	(5)	260.733,34
(-) Reversão de Fundos de Investimentos	(502)	(16.651)	(96,99)
3. Acréscimo/Decréscimo no Ativo Líquido (1+2)	773.851	34.229	2.160,81
(+/-) Provisões Matemáticas	1.169.936	1.084.478	7,88
(+/-) Superávit (Déficit) Técnico do Exercício	325.469	(48.318)	(773,60)
(+/-) Fundos Previdenciais	(755.294)	(1.020.435)	(25,98)
(+/-) Fundos Administrativos	34.242	35.156	(2,60)
(+/-) Fundos de Investimentos	(502)	(16.651)	(96,99)
4. Operações transitórias	33.511	-	100,00
B) Patrimônio Social - final do exercício (A+3+4)	16.816.144	16.008.782	5,04

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

1. Contexto operacional

A Fundação Vale do Rio doce de Seguridade Social - VALIA ("Valia", "Fundação" ou "Entidade"), pessoa jurídica de direito privado, instituída pela Vale S.A. em 2 de abril de 1973, é uma entidade fechada de previdência complementar privada, sem fins lucrativos e com autonomia administrativa e financeira, multipatrocinada, com multiplanos, constituída para funcionar por prazo indeterminado, com autonomia administrativa, patrimonial e financeira, obedecendo às normas expedidas através do Conselho Nacional da Previdência Complementar - CNPC e as Resoluções específicas do Banco Central do Brasil.

Em consonância com as disposições estatutárias e regulamentares, a Entidade tem como finalidade principal conceder benefícios suplementares, ou assemelhados aos da Previdência Oficial, a que tem direito os participantes e respectivos beneficiários.

Os recursos de que a Fundação dispõe para fazer face aos seus compromissos regulamentares são oriundos das contribuições dos patrocinadores e dos participantes, inclusive assistidos e dos rendimentos resultantes do investimento desses recursos. Os participantes autopatrocinados estão alocados em suas patrocinadoras de origem. Os planos administrados pela Fundação e seus patrocinadores são os seguintes:

Plano de Benefício Definido - CNPB N° 1973.0001-56 – Modalidade Benefício Definido

Patrocinadores	Total de participantes			Idade média da população	
	Ativos	Assistidos	Pensionistas	Ativos	Assistidos e Pensionistas
Vale S.A.	13	10.634	5.552	54	69
Log -in Logística Intermodal S.A	-	71	38	-	70
Fundação Vale do RioDoce de Seguridade Social- Valia	-	42	4	-	68
Fundação Vale	-	15	9	-	69
Florestas Rio Doce S.A.	-	78	39	-	68
Rio Doce Geologia e Mineração S.A.	-	78	39	-	70
Celulose Nipo -Brasileira - CENIBRA S.A.	-	53	44	-	72
Companhia Nipo -Brasileira de Pelotização - Nibrasco	-	3	1	-	71
Companhia Ítalo-Brasileira de Pelotização - Itabrasco	-	4	3	-	59
Companhia Hispano -Brasileira de Pelotização - Hispanobrás	-	2	-	-	66
Minas Serra Geral S.A.	-	59	26	-	65
	<u>13</u>	<u>11.039</u>	<u>5.755</u>		

Plano de Benefícios - Cenibra - CNPB N° 1995.0023-56 – Modalidade Contribuição Variável

Patrocinadores	Total de participantes			Idade média da população	
	Ativos	Assistidos	Pensionistas	Ativos	Assistidos e Pensionistas
Celulose Nipo -Brasileira - CENIBRA S.A.	-	33	4	-	65
	<u>-</u>	<u>33</u>	<u>4</u>		

Plano de Benefícios - VALE MAIS - CNPB Nº 1999.0052-11 – Modalidade Contribuição Variável

Patrocinadores	Total de participantes*			Idade média da população	
	Ativos	Assistidos	Pensionistas	Ativos	Assistidos e Pensionistas
Vale S.A.	60.521	3.414	442	36	56
Log-in Logística Intermodal S.A.	1.111	38	5	38	62
Fundação Vale do Rio Doce de Seguridade Social- Valia	270	27	3	36	56
Fundação Vale	50	8	-	39	58
Florestas Rio Doce S.A.	5	9	-	47	61
Celulose Nipo -Brasileira - CENIBRA S.A.	1.922	179	13	39	57
Companhia Nipo -Brasileira de Pelotização - Nibrasco	-	9	-	-	60
Companhia Ítalo-Brasileira de Pelotização - Itabrasco	-	6	1	-	64
Companhia Hispano-Brasileira de Pelotização - Hispanobrás	-	6	-	-	64
Minas Serra Geral S.A.	5	20	1	48	60
Vale Fertilizantes S.A.	5.091	17	7	37	50
SaloboMetais S.A.	2.308	4	4	33	45
Minerações Brasileiras Reunidas S.A.	1	-	-	30	-
CADAM S.A.	247	3	-	40	47
Vale Potássio Nordeste S.A.	13	11	-	35	54
Ferrovia Norte Sul S.A.	376	4	-	32	51
Vale Soluções em Energia S.A.	281	1	-	42	59
Mineração Paragominas S.A.	1.858	5	-	35	53
Vale Óleo e Gás S.A.	30	-	-	40	-
Vale Energia Limpa S.A.	7	-	-	41	-
Norsk Hydro Brasil Ltda.	31	-	-	39	-
Associação InstitutoTecnológico Vale - ITV	74	-	-	44	-
Vale Logística Integrada S.A.	585	1	-	35	57
Vale Logística Integrada Operações Portuárias S.A.	260	-	-	36	-
Ultrafertil S.A.	106	-	-	39	-
Log Star Navegação S.A.	10	-	-	46	-
Vale Florestar S.A. (**)	-	-	-	-	-
Vale Logística Integrada Multimodal S.A.	-	-	-	-	-
Vale Logística Integrada Operações de Terminais S.A.	-	-	-	-	-
PSC Terminais Intermodais	8	-	-	29	-
	75.170	3.762	476		

(*) Os participantes autopatrocinados do plano VALE MAIS estão alocados nas suas patrocinadoras de origem.

(**) A Patrocinadora Vale Florestar S.A. obteve autorização da retirada de patrocínio aprovada pela PREVIC em janeiro de 2015, conforme a Nota 17 – Eventos subsequentes.

Plano de Benefícios - VALIAPREV - CNPB Nº 2000.0082-83 - Modalidade Contribuição Variável

Patrocinadores	Total de participantes (*)			Idade média da população	
	Ativos	Assistidos	Pensionistas	Ativos	Assistidos e Pensionistas
Companhia Coreano Brasileira de Pelotização Kobrasco	5	-	-	39	-
Valesul Alumínio S.A.	213	55	8	43	56
Albrás Alumínio Brasileiro S.A.	934	-	2	41	38
Ferrovias Centro-Atlântica S.A.	7.067	17	9	36	54
Alunorte Alumina do Norte do Brasil S.A.	2.004	-	-	37	-
Instituto Ambiental Vale	113	1	-	43	62
Nova Era Silicon S.A.	314	15	5	38	53
Florestal Bioflor S.A.	287	-	-	42	-
Pará Pigmentos S.A.	129	1	1	40	47
Companhia Paulista de Ferroligas	-	-	3	-	55
Vale Manganês S.A.	1.364	46	15	40	54
Terminal Vila Velha S.A.	560	9	2	37	52
Plano de Assistência a Saúde do Aposentado da CVRD - Pasa	334	1	-	37	51
Samarco Mineração S.A.	3.181	104	17	37	56
MSE - Serviços de Operação, Manutenção e Montagem Ltda.	38	1	2	49	54
Kaserge Serviços Gerais Ltda.	20	8	3	47	48
Companhia Portuária Baía de Sepetiba	346	2	-	38	55
Vale S.A.	1.172	4	1	45	52
Mineração Corumbaense Reunida S.A.	1.445	6	3	37	49
Vale Fertilizantes S.A.	-	-	-	-	-
Bozel Mineração S.A.	294	9	3	38	47
Conselho Empresarial Brasil China (**)	1	-	-	37	-
	<u>95.009</u>	<u>4.041</u>	<u>550</u>		

(*) Os participantes autopatrocinados do plano VALIAPREV estão alocados nas suas patrocinadoras de origem

(**) A Conselho Empresarial Brasil China retirou o patrocínio do plano Valiaprev em 2011. O participante ativo apresentado é autopatrocinado

Plano de Benefícios - VALE FERTILIZANTES - CNPB Nº 2012.0002-74 - Modalidade Contribuição Variável

Patrocinadores	Total de participantes (*)			Idade média da população	
	Ativos	Assistidos	Pensionistas	Ativos	Assistidos e Pensionistas
Vale Fertilizantes S.A.	<u>959</u>	<u>16</u>	<u>-</u>	46	63
	<u>959</u>	<u>16</u>	<u>-</u>		

(*) Os participantes autopatrocinados do plano VALE FERTILIZANTES estão alocados nas suas patrocinadoras de origem

Abono Complementação

Em 2001, conforme Convênio celebrado entre a Vale e a Valia, foi transferido para esta Fundação a operacionalização e administração do abono complementação de aposentadoria e de pensão. Estas rendas são pagas aos ex-empregados das empresas VALE, DOCEGEO, DOCENAVE, VALIA e ITABRASCO e seus beneficiários definidos nas Resoluções CVRD 05/87, 06/87 e 07/89; Resoluções DOCEGEO

RE-003/87, 004/87 e 0007/89; Instrução Especial - DOCENAVE - no 202/89 (DP); Ata - VALIA - Dir.261º, de 07/07/87 e Carta - ITABRASCO - IB - 055/88, de 05/02/88 nº 05/87 e 07/89, respectivamente. O Abono-Complementação não se caracteriza juridicamente como um Plano de Benefícios e não tem vinculação solidária com quaisquer dos outros planos administrados pela Valia.

2. Apresentação das demonstrações contábeis

As demonstrações contábeis são de responsabilidade da VALIA e foram elaboradas em atendimento às disposições legais dos órgãos normativos e reguladores das atividades das entidades fechadas de previdência complementar, especificamente a Resolução do Conselho Nacional de Previdência Complementar - CNPC no 8, de 31 de outubro de 2011, Instrução da Secretaria de Previdência Complementar - SPC no 34, de 24 de setembro de 2009, Resolução do Conselho Federal de Contabilidade nº 1.272, de 22 de janeiro de 2010, que aprova a NBC TE 11, e alterações posteriores, e conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às entidades reguladas pelo Conselho Nacional de Previdência Complementar - CNPC.

Apresentamos a seguir os demonstrativos contábeis exigidos a partir da Resolução CNPC no 08/2011 e alterações posteriores:

- (i) Balanço Patrimonial (Consolidado).
- (ii) Demonstração da Mutação do Patrimônio Social (Consolidada).
- (iii) Demonstrac o da Mutação do Ativo Líquido (Individual por plano).
- (iv) Demonstrac o do Ativo Líquido (Individual por plano).
- (v) Demonstrac o do Plano de Gestão Administrativa (Consolidada).
- (vi) Demonstrac o das Provisões Técnicas do Plano de Benefícios (Individual por plano).

3. Sumário das principais práticas contábeis

As principais práticas contábeis adotadas pela Valia são apresentadas a seguir:

a. Resultado das operações

Segundo regulamentac o vigente, o resultado   apurado em observância ao princípio de competência, no qual as receitas e as despesas são registradas independentes da sua efetiva realização, com exceção da receita de contribuic es de autopatrocinados, cuja escrituração   feita com base no regime de caixa.

b. Registros contábeis

Os registros contábeis são realizados separadamente, por plano de benefícios, gerando balancetes contábeis individualizados, bem como o plano de gestão administrativa, em consonância com a Resolução CNPC n  08, de 31 de outubro de 2011 e suas alterac es posteriores e a Resolução do Conselho Federal de Contabilidade no 1.272 de 22 de janeiro de 2010.

c. Investimentos

Os rendimentos gerados pelos investimentos são contabilizados diretamente no resultado do período, independentemente da categoria em que estão classificados.

Conforme determinação da Instrução SPC no 34, de 24 de setembro de 2009, quando a administração julga necessário   constituída provisão para cobrir possíveis perdas nesses investimentos. Esses ativos são demonstrados líquidos das respectivas provisões para perdas, quando aplicável.

Títulos Públicos, Créditos Privados, Depósitos e Fundos de Investimentos

As operações com créditos privados e depósitos e os fundos de Investimentos, de acordo com a Resolução CGPC no 4, de 30 de janeiro de 2002, inclusive os constantes nas carteiras dos fundos de investimento exclusivos da Fundação, são registrados inicialmente pelo valor de aquisição e classificados nas seguintes categorias:

- (i) Títulos para negociação.
- (ii) Títulos mantidos até o vencimento.

Os títulos adquiridos com o propósito de serem ativos e frequentemente negociados, independentemente do prazo a decorrer até a data de vencimento, são classificados na categoria "Títulos para negociação" e estão ajustados pelo valor de mercado. Os títulos, exceto as ações não resgatáveis, para os quais haja a intenção e a capacidade financeira para sua manutenção até o vencimento, são classificados na categoria "Títulos mantidos até a data do vencimento" e estão avaliados pelo respectivo custo de aquisição, acrescido dos rendimentos auferidos até as datas dos balanços.

Os investimentos efetuados no mercado de renda fixa (títulos do governo federal, em instituições financeiras e em títulos de empresas) incluem juros e variação monetária, apropriados em função do tempo decorrido até a data do balanço. O ágio e o deságio na compra de títulos são amortizados pro rata die, durante o período da aquisição até a data de vencimento do título.

Os fundos de renda fixa e de renda variável estão avaliados pelo valor da quota, calculados pelos respectivos gestores, tomando por base as variações de mercado.

Ajuste a valor de mercado

Para a obtenção dos valores de mercado dos títulos e valores mobiliários e dos instrumentos financeiros derivativos, são adotados os seguintes critérios:

- Títulos públicos, com base nas taxas médias divulgadas pela Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiro e de Capitais - ANBIMA.
- Certificados de depósitos bancários, pelo valor nominal atualizado até a data do vencimento, descontado a valor presente às taxas de mercado de juros.

Ações

As ações estão registradas pelo valor de aquisição, acrescidas das despesas de corretagens e outras taxas incidentes, avaliadas pelo valor de mercado, considerando a cotação de fechamento do último dia do mês em que tenha sido negociada em bolsa. A diferença entre o custo de aquisição e o valor de mercado ou patrimonial é apropriada ao resultado do exercício.

Investimentos Imobiliários

Os investimentos imobiliários são registrados ao custo de aquisição, atualizado pelos valores indicados nos laudos de reavaliação. As depreciações são calculadas de acordo com o prazo de vida útil remanescente estabelecido no laudo de reavaliação. A receita de aluguéis é registrada no resultado do exercício, na rubrica de receitas de investimentos imobiliários, na gestão de investimentos.

Empréstimos e Financiamentos

Os Empréstimos e financiamentos concedidos aos participantes estão apresentados pelo valor do principal acrescido dos rendimentos auferidos até a data do balanço, deduzidos das amortizações mensais. As taxas aplicadas foram determinadas por normas internas, atendendo o mínimo previsto no artigo 38 da Resolução no 3.792, de 24 de setembro de 2009 do Conselho Monetário Nacional, alterada pela Resolução CMN no 3.846 de 25 de março de 2010.

d. Permanente

O ativo permanente contempla os registros do Imobilizado e Intangível os quais estão demonstrados pelo custo de aquisição deduzido das depreciações, ambos corrigidos monetariamente até dezembro de 1995, quando deixou de existir a correção monetária. As depreciações e amortizações são calculadas pelo método linear com base no prazo de vida útil dos bens, conforme taxas definidas na legislação em vigor.

Em conformidade com a Resolução CNPC no 08, de 31 de outubro de 2011, e Instrução SPC no 34, de 24 de setembro de 2009, o saldo registrado no ativo diferido em 31 de dezembro de 2009, foi realocado no ativo intangível.

e. Exigível operacional

Representam as obrigações relativas às gestões previdenciais e administrativas, bem como passivos operacionais de investimentos.

f. Exigível contingencial

O exigível contingencial é registrado pelo montante de perda considerada provável, de acordo com informações obtidas dos assessores jurídicos, observada a sua natureza e atualizado até a data do balanço.

g. Patrimônio social

Patrimônio de Cobertura do Plano

O Patrimônio de cobertura do plano é constituído pelas Provisões Matemáticas e pelo Equilíbrio Técnico.

As provisões matemáticas dos planos de benefícios são constituídas para fazer face aos compromissos relativos aos benefícios concedidos e a conceder aos participantes e seus beneficiários.

No Equilíbrio Técnico, estão registrados os resultados acumulados obtidos pelos planos de benefícios previdenciais. Até o limite de 25% em relação às provisões matemáticas, tal valor é registrado como "reserva de contingência". O seu excedente é registrado como Reserva Especial

para Revisão do Plano, reserva esta que deverá atender aos critérios definidos na resolução CGPC no26, de 29 de setembro de 2008.

Fundos

Os fundos são constituídos tomando por base a sua natureza e finalidade. A Valia consignou em seu balanço os seguintes fundos:

Fundo previdencial - Conforme o art. 5º da Resolução CGPC no 26, de 29 de setembro de 2008, na constituição de fundos previdenciais e na manutenção dos já existentes, observada a estrutura técnica do plano de benefícios, cabe ao atuário responsável a indicação de sua fonte de custeio e de sua finalidade, que deverá guardar relação com um evento determinado ou com um risco identificado, avaliado, controlado e monitorado.

Fundo administrativo - Patrimônio constituído por sobras de custeio administrativo adicionado ao rendimento auferido na respectiva carteira de investimentos, que objetiva cobrir as despesas administrativas a serem realizadas pela Valia na administração de seus planos de benefícios, na forma de seus regulamentos.

Fundo de investimento - Foi constituído para fazer face à possível inadimplência dos contratos de mútuo (empréstimos). O saldo deste fundo é remunerado por meio da rentabilidade dos investimentos auferida mensalmente.

h. Demais ativos e passivos

Os demais ativos e passivos são registrados pelo regime de competência.

Uso de estimativas

A elaboração das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às entidades reguladas pelo Conselho Nacional de Previdência Complementar - CNPC requer que a Administração use de julgamento na determinação e no registro de estimativas contábeis. As provisões para perdas em investimentos, o exigível contingencial, as provisões matemáticas e os fundos estão sujeitos a essas estimativas e premissas, e sua liquidação poderá

ser efetuada por valores diferentes dos estimados devido a imprecisões inerentes ao processo de sua determinação. A Administração revisa essas estimativas e suas premissas periodicamente.

4. Realizável da Gestão Previdencial

A composição do Realizável da Gestão Previdencial pode ser assim demonstrada:

Gestão previdencial	2014	2013	Var (%)
Recursos a receber	36.849	38.257	(3,68)
Adiantamentos	561	358	56,70
Depósitos Judiciais/Recursais	<u>234.294</u>	<u>168.058</u>	<u>39,41</u>
	<u>271.704</u>	<u>206.673</u>	<u>31,47</u>

Os Recursos a Receber referem-se às contribuições normais do mês de dezembro de 2014, que são recebidas no mês subsequente. Dentro do grupo tem-se ainda o subgrupo "Outros Recursos a Receber" no qual se registram valores a receber de participantes referentes a créditos consignados em folha de pagamento de benefícios repassados a maior. Tais valores serão descontados dos futuros repasses consignados em folha de benefícios. Os valores referentes aos Depósitos Judiciais/ Recursais e Bloqueios Judiciais referem-se às contingências passivas da gestão previdencial. Tais valores são atualizados mensalmente pela variação da TR + 0,5% a.m.

Não existem dívidas contratadas junto às patrocinadoras.

5. Realizável da Gestão Administrativa

No quadro abaixo segue a composição do Realizável da Gestão Administrativa em 31 de dezembro:

	2014	2013	Var (%)
Contas a receber	9.902	9.233	7,25
Despesas antecipadas	20	32	(37,50)
Depósitos judiciais/recursais	<u>11.682</u>	<u>10.846</u>	<u>7,71</u>
	<u>21.604</u>	<u>20.111</u>	<u>7,42</u>

No grupo Contas a Receber registram-se as contribuições para custeio do mês de dezembro de 2014, que são recebidas no mês subsequente e adiantamentos a empregados. Dentro do grupo tem-se ainda saldo dos demais valores a receber desta gestão ("Outros Recursos a Receber"), bem como o carregamento a receber pelo Plano de gestão Administrativa (PGA), referente ao Custeio Administrativo do mês de dezembro de 2014, que é recebido no mês subsequente.

No Grupo Despesas antecipadas é registrado o estoque de materiais de almoxarifado. Registram-se na gestão Administrativa ainda os valores referentes aos Depósitos Judiciais / Recursais referentes às contingências passivas da Gestão Administrativa.

5.1 Custeio Administrativo

Para apuração do saldo do Fundo Administrativo de cada plano são utilizados os seguintes critérios:

Receitas: alocadas diretamente no plano de origem, utilizando-se as fontes de custeio previdencial e de investimentos.

Despesas Específicas: alocadas diretamente no plano de origem.

Despesas Comuns: o critério de rateio das despesas comuns entre os planos de benefícios é feito tomando por base a massa de participantes de cada plano de benefício, considerando a ponderação entre quantidade e situação destes participantes e também levando em consideração o patrimônio dos planos.

No que tange ao rateio por gestão (Previdencial e Investimentos), este é realizado em função dos centros de custos específicos.

Abaixo o detalhamento dos principais grupos de despesas administrativas:

5.1.1 Despesas com pessoal

Despesas com pessoal	2014	2013	Var (%)
Dirigentes	1.580	-	100,00
Pessoal próprio	36.569	32.762	11,62
Estagiários	<u>204</u>	<u>186</u>	<u>9,68</u>
	<u>38.353</u>	<u>32.948</u>	<u>16,40</u>

Neste grupo registram-se as despesas com pessoal e encargos da Fundação. A variação entre os gastos nos exercícios foi motivada em grande parte pelas rescisões contratuais ocorridas ao longo de 2014, pelo aumento nos gastos com assistência médica dos funcionários, além do percentual previsto no Acordo Coletivo de Trabalho. Importante destacar que a partir do exercício de 2014 passou-se a efetuar o registro da despesa com a remuneração dos diretores, mesmo não ocorrendo o efetivo desembolso, uma vez que os diretores são cedidos pela patrocinadora Vale S/A. Esta despesa é anulada na conta de reembolsos da Gestão Administrativa. Para fins comparativos, se o valor fosse contabilizado no exercício de 2013 seria de R\$ 1.430, o que significa uma variação de 10,49% entre os exercícios.

5.1.2 Despesas com serviços de terceiros

Despesas com serviços de terceiros	2014	2013	Var (%)
Consultoria Jurídica	3.941	3.734	5,54
Recursos Humanos	88	137	(35,77)
Informática	4.464	3.994	11,77
Consultoria Atuarial	250	115	117,39
Consultoria de Investimentos	562	277	102,89
Consultoria Contábil	199	94	111,70
Outras	<u>4.329</u>	<u>3.872</u>	<u>11,80</u>
	<u>13.833</u>	<u>12.233</u>	<u>13,16</u>

Neste grupo registram-se as despesas com serviços de terceiros tomados pela Fundação. Ressalta-se que no subgrupo "Outras" estão alocadas as despesas com serviços de terceiros, pulverizados em diversas áreas e com distintas naturezas, com destaque para os gastos com gestão de documentos e informações gerenciais (R\$ 1.977 em 2014 – 14% do total de despesas administrativas) e comunicação (R\$ 669 em 2014 – 5% do total de despesas administrativas).

5.2 Custeio Administrativo - Investimento

Refere-se ao recurso mensal transferido de cada plano para o custeio das atividades administrativas.

Plano	2014	2013	Var (%)
Benefício definido	23.560	22.646	4,04
Cenibra	19	16	18,75
Vale Fertilizantes	156	-	100,00
Abono Complementação	<u>106</u>	-	<u>100,00</u>
Total	<u>23.841</u>	<u>22.662</u>	<u>5,20</u>

6 Demonstrativo da Carteira de Investimentos

A Carteira de Investimentos dos planos de benefícios e do plano de gestão administrativa em 31 de dezembro estão assim representados:

Descrição	2014	2013	Var (%)
Renda fixa			
Títulos de responsabilidade do Governo Federal	5.519.473	4.114.708	34,14
Aplicações em instituições financeiras	175.422	155.335	12,93
Títulos de empresas	213.454	255.168	(16,35)
Fundos de investimentos	6.632.010	6.614.089	0,27
	<u>12.540.359</u>	<u>11.139.299</u>	<u>12,58</u>
Renda variável			
Mercado de ações à vista	1.275.054	2.043.091	(37,59)
Fundos de investimentos	950.592	875.155	8,62
	<u>2.225.646</u>	<u>2.918.246</u>	<u>23,73</u>
Investimentos estruturados			
Fundos de participação	670.762	532.216	26,03
Fundo Imobiliário	19.208	18.901	1,62
	<u>689.970</u>	<u>551.117</u>	<u>25,19</u>
Investimentos no exterior			
Ações	-	23.638	(100,00)
Investimentos imobiliários			
Aluguéis e Renda	1.323.123	1.282.168	3,19
Operações com participantes			
Empréstimos	1.121.349	1.045.020	7,30
Financiamentos imobiliários	3.880	13.180	(70,56)
	<u>1.125.229</u>	<u>1.058.200</u>	<u>6,33</u>
Total	<u>17.904.327</u>	<u>16.972.668</u>	<u>5,49</u>

Em virtude do cenário macroeconômico mais desafiador projetado para 2014, quando da elaboração da política de investimentos, levando em consideração a expectativa de alta volatilidade nos mercados, diante da possibilidade de retirada dos estímulos da economia americana, às incertezas quanto ao

crescimento chinês e quanto ao cenário político brasileiro, além dos fracos dados da economia brasileira, foi traçada, à época, uma estratégia mais conservadora para este exercício, com redução da alocação alvo do segmento de Renda Variável e aumento da alocação em títulos públicos indexados em inflação.

6.1 Títulos e valores mobiliários classificados para negociação e vencimento

Em consonância com o artigo 8o da Resolução do Conselho de gestão de Previdência Complementar - CGPC no 4 de 30 de janeiro de 2002, demonstramos abaixo os títulos classificados nas categorias mantidos até o vencimento e os marcados a mercado, detalhados por tipo e prazo, posicionados em 31 dezembro de 2014.

Renda Fixa	Mantidos até o vencimento (ii)		Negociação
	Valor de mercado	Curva	Mercado
Papel			
Títulos federais			
Notas do Tesouro Nacional – Série B	8.239.811	8.208.203	29.733
Notas do Tesouro Nacional – Série C	498.414	426.909	336.169
Notas do Tesouro Nacional – Série F	-	-	2.732
Letras do Tesouro Nacional	-	-	48.645
Letras Financeiras do Tesouro	-	-	257.643
Total Títulos Públicos	8.738.225	8.635.112	674.922
Títulos privados			
Certificados de depósito bancário	95.104	93.517	824.358
Notas Promissórias	-	-	25.481
Debêntures	269.853	267.376	171.033
Compromissadas (i)	-	-	1.726.949
Letra financeira subordinada	85.510	81.905	63.277
Total Títulos Privados	450.467	442.798	2.811.098
	9.188.692	9.077.910	3.486.020
Por prazo de vencimento			
A vencer em 360 dias (2015)	24.327	24.474	2.546.244
A vencer entre 361 e 1080 dias (2016/2017)	318.247	303.576	231.403
A vencer a partir de 1081 dias (2018 em diante)	8.846.118	8.749.860	708.372
	9.188.692	9.077.910	3.486.020
	Total		12.563.930
	NTNC -Garantia		(11.758)
	Caixa/provisões fundos		(250)
	NTNB RAUTA (RV) (ii)		(4.044)
	LFT SI MISTRAL (RV) (ii)		(7.518)
			12.540.359

Como comparativo segue quadro posicionado em 31 de dezembro de 2013

Papel	Mantidos até o vencimento (ii)		Negociação
	Valor de mercado	Curva	Mercado
Títulos federais			
Notas do Tesouro Nacional – Série B	4.339.262	4.459.262	656.867
Notas do Tesouro Nacional – Série C	1.557.158	1.322.572	320.060
Notas do Tesouro Nacional – Série F	7.601	7.601	55.811
Letras do Tesouro Nacional	-	-	153.975
Letras Financeiras do Tesouro	29.446	29.446	279.679
Total Títulos Públicos	5.933.467	5.818.881	1.466.392
Títulos privados			
Certificados de depósito bancário	83.858	81.666	1.186.342
Debêntures	373.293	362.523	165.668
Compromissadas (i)	-	-	1.317.277
Letra financeira subordinada	78.000	73.668	692.986
Total Títulos Privados	535.151	517.857	3.362.273
	6.468.618	6.336.738	4.828.665
Por prazo de vencimento			
A vencer em 360 dias (2014)	119.319	118.321	2.802.059
A vencer entre 361 e 1080 dias (2015/2016)	68.623	67.371	735.936
A vencer a partir de 1081 dias (2017 em diante)	6.280.676	6.151.046	1.290.670
	6.468.618	6.336.738	4.828.665
	Total		11.165.403
		NTNC -Garantia	(10.966)
		Caixa/provisões fundos	(196)
		NTNB RAUTA (RV) (ii)	(10.367)
		LFT SI MISTRAL (RV) (ii)	(4.575)
			11.139.299

(i) As operações compromissadas são aplicações do saldo de caixa, via instituição financeira, cujo lastro são debêntures ou títulos públicos.

(ii) Estes títulos compõem a carteira do fundo Rauta e SI Mistral ambos fundos de Renda Variável.

A Fundação Vale do Rio Doce de Seguridade Social - VALIA tem capacidade financeira e a intenção de manter até o vencimento os títulos classificados na categoria "mantidos até o vencimento", estando assim em conformidade com o artigo 9º da Resolução CGPC no 4, de 30 de janeiro de 2002, alterada pela Resolução CGPC no 8, de 19 de junho de 2002.

6.2 Demonstrativo de Investimento por Plano

6.2.1 - Abono complementação

	2014		2013	
	Valor	(%)	Valor	(%)
Rentabilidade dos ativos				
Renda Fixa	1.321.770	19,83	1.048.550	5,82

Detalhamento da Carteira de Investimentos - Abono complementação

	2014		2013	
	Valor	Alocação (%)	Valor	Alocação (%)
Fundos RF /Gestor /Administrador				
Athena/Valia/BEM DTVM Ltda.	1.262.857	100,00	995.185	100,00
Títulos Públicos				
Notas do Tesouro Nacional	11.409	100,00	10.637	100,00
CDB				
LF Subordinada Bradesco	47.504	100,00	42.728	100,00
Total Renda Fixa	1.321.770	100,00	1.048.550	100,00

6.2.2 Plano Benefício Definido

	2014		2013	
	Valor	(%)	Valor	(%)
Rentabilidade dos ativos				
Renda Fixa	7.033.976	14,38	6.735.773	5,53
Renda Variável	1.378.613	(3,84)	2.019.768	(6,01)
Investimentos Estruturados	584.257	(2,97)	450.590	5,18
Investimentos no Exterior	-	-	20.301	(18,59)
Investimentos Imobiliários	1.070.930	11,26	1.044.190	21,67
Operações com Participantes	496.903	12,58	503.346	13,96
Total - Benefício Definido	10.564.679	9,85	10.773.968	4,40

Os saldos demonstrados no quadro anterior representam os saldos do ativo contábil dos investimentos, com exceção da Renda Fixa, onde está adicionado o valor bloqueado de NTN-C em garantia de três processos judiciais no valor de R\$ 11.757 em 2014 (R\$ 10.965 em 2013).

Detalhamento da Carteira de Investimentos do Plano Benefício Definido

	2014		2013	
	Valor	Alocação (%)	Valor	Alocação (%)
Fundos Renda Fixa/Gestor/Administrador				
Athena/Valia/BEM DTVM Ltda.	1.065.779	51,71	1.379.697	48,80
Hunter/Valia/BEM DTVM Ltda.	337.412	16,37	749.027	26,49
Mining/BRAM/Banco Bradesco	187.888	9,12	185.505	6,56
E FIM/Santander Asset/Santander Asset	122.090	5,92	130.529	4,62
Aldebaran/UBS Pactual Asset/UBS Pactual Serv. Financeiros	119.794	5,81	128.533	4,55
Onix/Banco Safra/Banco Safra	118.034	5,73	122.055	4,32
BB Milenio VIII/BB DTVM/BB DTVM	103.783	5,04	113.905	4,03
Kansas/Valia/BEM DTVM Ltda.	6.406	0,31	17.876	0,63
Subtotal	2.061.186	100,00	2.827.127	100,00
Títulos Públicos				
NTN - Notas do Tesouro Nacional	4.750.062	100,00	3.623.313	99,19
LFT - Letras Financeiras do Tesouro	-	-	29.446	0,81
Subtotal	4.750.062	100,00	3.652.759	100,00
Debêntures				
Cemig	22.027	11,89	40.734	18,25
Telemar	30.722	16,58	28.839	12,92
Rota das Bandeiras	30.024	16,20	28.383	12,72
Julio Simões Logística	27.243	14,70	25.563	11,45
Tractebel	-	-	22.402	10,04
BR Malls	14.142	7,63	19.901	8,92
Andrade Gutierrez	18.046	9,74	16.934	7,59
Centrovias	15.165	8,18	14.231	6,38
Autovias	15.165	8,18	14.231	6,38
Vianorte	12.637	6,82	11.859	5,31
Vale	149	0,08	144	0,06
Subtotal	185.320	100,00	223.221	100,00
CDB's				
Itaú -Unibanco	37.407	100,00	32.666	100,00
Subtotal	37.407	100,00	32.666	100,00
Total de Renda Fixa	7.033.976	100,00	6.735.773	100,00

	2014		2013	
	Valor	Alocação (%)	Valor	Alocação (%)
Ações				
BR Foods ON	463.894	43,61	898.842	51,50
Vale ON	111.313	10,46	200.444	11,49
BR Malls Part ON	43.484	4,09	188.034	10,77
Vale PNA	85.628	8,05	168.719	9,67
Abril Educação ON	68.172	6,41	79.325	4,55
JHSF ON	39.309	3,70	71.258	4,08
Itaunibanco PN	37.842	3,56	8.703	0,50
Bradesco PN	38.915	3,66	7.515	0,43
Itausa PN	39.788	3,74	7.365	0,42
Petrobrás PN	58.140	5,47	6.863	0,39
Estacio	-	-	6.307	0,36
Banco do Brasil ON	28.106	2,64	5.484	0,31
CESP PNB	-	-	4.490	0,26
Metalurgica Gerdau PN	-	-	4.095	0,23
CIELO ON	-	-	3.919	0,22
Ultrapar PN	-	-	3.506	0,20
Cyrela Realit ON	-	-	3.271	0,19
Hypermarcas ON	-	-	2.803	0,16
Randon	-	-	2.787	0,16
Gerdau PN	-	-	2.753	0,16
Petrobrás ON	36.225	3,41	2.441	0,14
BMFBovespa ON	-	-	2.414	0,14
CEMIG PN	-	-	2.116	0,12
Pão de Açúcar PN	-	-	1.751	0,10
GOL	-	-	1.722	0,10
PDG Realty ON	-	-	1.699	0,10
Duratex	-	-	1.412	0,08
Energias BR ON	-	-	1.302	0,07
TPIS	-	-	1.136	0,07
Lojas Americanas PN	-	-	1.109	0,06
Gafisa S.A.	-	-	1.059	0,06
Ambev	-	-	1.017	0,06
Empréstimos de ações	-	-	44.234	2,53
Valores a receber	12.985	1,22	5.281	0,30
Subtotal	1.063.801	100,00	1.745.176	100,00
Fundos Renda Variável/Gestor/Administrador				
FIC VALOR/Valia/BEM DTVM Ltda.	260.264	82,67	216.686	78,91
Ibovespa Value/Bradesco Asset/BEM DTVM Ltda.	40.484	12,86	46.193	16,82
FIA Ação/Valia/BEM DTVM Ltda.	14.064	4,47	11.713	4,27
Subtotal	314.812	100,00	274.592	100,00
Total Renda Variável	1.378.613	100,00	2.019.768	100,00

Fundos Investimentos Estruturados/Gestor/

Administrador

Infra Brasil FIP / Banco Santander (Brasil) SA / Banco Santander (Brasil) AS	
FIP SONDAS / Caixa Econômica Federal / Caixa Econômica Federal	
Fundo Brasil de Internacionalização de Empresa FIP / TCG Gestor Ltda. / Banco Santander (Brasil) SA	
FS - Fundo de Investimento em Participações	
FIP Brasil de Governança Corporativa / BR Educacional Gestora de Recursos SA / BEM DTVM Ltda.	
NEO Capital Mezanino FIP / NEO gestão de Recursos Ltda./Intrag DTVM Ltda.	
BRZ ALL FIP / BRZ Investimentos / BEM DTVM Ltda.	
CRP VII FIP / CRP Companhia de Participações / CRP Companhia de Participações	
Fundo de Investimento Imobiliário Panamby / - /Banco Brascan AS	
Brasil Mezanino Infra -Estrutura FIP / Darby Stratus Administração de Investimentos Ltda. / Darby Stratus Administração de Investimentos Ltda.	
Fundo de Investimento em Participações Kinea Private Equity II/ Kinea Investimentos/Citibank DTVM S.A	
Brasil Sustentabilidade FIP / Latour Capital do Brasil Ltda./BEM DTVM Ltda.	
Brasil Petróleo FIP / MANTIQ Investimentos Ltda./BNY Mellon	
FIP Governança e Gestão II / Governança e gestão Investimentos Ltda. / Banco Santander (Brasil) SA	
Brasil Portos FIP / BRZ Investimentos Ltda. / BB gestão de Recursos DTVM S.A.	
Investidores Institucionais FIP / Angra Partners Consultoria Empresarial e Participações Ltda. /BNY Mellon Serviços Financeiros DTVM SA	
BNY Mellon GTD FIP/BNY Mellon/BNY Mellon	
2B Capital - Brasil Capital de Crescimento I /2B Capital S.A / Citibank DTVM S.A.	
CTS II FIP/ CRV Dist. De Títulos e Valores Mobiliários/ CRV Distrib. De Títulos e Valores Mobiliários	
Fundo Brasil de Internacionalização de Empres FIP II / TGC Gestor LTDA / BB Gestão de Recursos	
DGF FIPAC2/ DGF Investimentos Gestão de Fundos Ltda	

2014		2013	
Valor	Alocação (%)	Valor	Alocação (%)
75.122	12,86	89.088	19,77
162.330	27,78	69.946	15,52
43.592	7,46	47.191	10,47
41.130	7,04	41.034	9,11
33.255	5,69	36.788	8,16
31.044	5,31	27.736	6,16
19.982	3,42	26.318	5,84
12.143	2,08	18.911	4,20
17.997	3,08	17.709	3,93
15.730	2,69	16.950	3,76
46.554	7,97	15.613	3,46
19.434	3,33	11.275	2,50
19.171	3,28	10.422	2,31
8.965	1,53	7.160	1,59
8.104	1,39	6.629	1,47
4.516	0,77	4.848	1,08
2.762	0,47	2.698	0,60
9.944	1,70	274	0,06
10.800	1,85	-	-
1.509	0,26	-	-
171	0,03	-	-
<u>584.257</u>	<u>100,00</u>	<u>450.590</u>	<u>100,00</u>

	2014		2013	
	Valor	Alocação (%)	Valor	Alocação (%)
Investimentos no Exterior				
GP Invest BDR	-	-	20.301	100,00

6.2.3 Plano Vale Mais

	2014		2013	
	Valor	(%)	Valor	(%)
Rentabilidade dos ativos				
Renda Fixa	3.568.366	12,76	2.901.590	1,15
Renda Variável	781.644	(1,65)	821.375	(9,26)
Investimentos Estruturados	105.713	(9,06)	100.526	10,85
Investimentos no Exterior	-	-	3.337	(18,58)
Investimentos Imobiliários	252.193	8,54	237.978	8,14
Operações com Participantes	573.374	12,58	507.186	13,96
Total – Vale Mais	5.281.290	9,58	4.571.992	0,84

Detalhamento da Carteira de Investimento do Plano Vale Mais

	2014		2013	
	Valor	Alocação (%)	Valor	Alocação (%)
Fundos Renda Fixa/Gestor/Administrador				
Kansas/Valia/BEM DTVM Ltda.	1.196.902	44,50	1.216.640	52,19
FIM Turquesa/Valia/BEM DTVM Ltda.	729.055	27,11	395.576	16,97
Hunter/Valia/BEM DTVM Ltda.	136.055	5,06	253.950	10,89
Safira/Valia/BEM DTVM Ltda.	376.108	13,98	218.083	9,35
Athena/Valia/BEM DTVM Ltda.	213.009	7,92	198.546	8,52
Mining/BRAM/Banco Bradesco	12.970	0,48	14.486	0,62
Aldebaran/UBSPactual Asset/UBSPactual Serv.Financeiros	11.314	0,42	12.992	0,56
EFIM/Santander Asset/Santander Asset	6.525	0,24	8.658	0,37
BB MilenioVIII/BB DTVM/BB DTVM	5.391	0,20	7.821	0,34
Onix/Banco Safra/Banco Safra	2.053	0,08	4.608	0,20
Subtotal	2.689.382	100,00	2.331.360	100,00
Títulos Públicos				
NTN- Notas do Tesouro Nacional	761.977	100,00	459.813	100,00
Debêntures				
Rota das Bandeiras	12.892	45,82	12.187	38,15
Cemig	2.447	8,70	4.526	14,17
Telemar	3.414	12,13	3.204	10,03
Julio Simões Logística	3.027	10,76	2.841	8,89
Tractebel	-	-	2.489	7,79
BR Malls	1.571	5,58	2.211	6,92
Centrovias	1.685	5,99	1.581	4,95
Autovias	1.685	5,99	1.581	4,95
Vianorte	1.404	4,99	1.318	4,12
Vale	10	0,04	10	0,03
Subtotal	28.135	100,00	31.948	100,00
CDB's				
Itaú-Unibanco	56.110	63,14	49.000	62,45
LF Subordinada Bradesco	32.762	36,86	29.469	37,55
Subtotal	88.872	100,00	78.469	100,00
Total Renda Fixa	3.568.366	100,00	2.901.590	100,00

	2014		2013	
	Valor	Alocação (%)	Valor	Alocação (%)
Ações				
BR Foods ON	100.992	47,81	156.729	52,61
Vale PNA	16.908	8,00	31.799	10,67
JHSF ON	16.911	8,01	30.656	10,29
BR Malls Part ON	9.449	4,47	28.467	9,56
Vale ON	15.839	7,50	28.040	9,41
Abril Educação ON	4.264	2,02	4.175	1,40
Petrobrás PN	11.586	5,48	2.256	0,76
Itaunibanco PN	7.259	3,44	1.151	0,39
Bradesco PN	7.438	3,52	988	0,33
Itausa PN	7.021	3,32	969	0,33
Banco do Brasil ON	4.960	2,35	904	0,30
CIELO ON	-	-	802	0,27
Estacio	-	-	650	0,22
CESP PNB	-	-	609	0,20
Cyrela Realt ON	-	-	549	0,18
Metalurgica Gerdau PN	-	-	541	0,18
Cemig PN	-	-	513	0,17
Ultrapar PN	-	-	473	0,16
Petrobrás ON	7.438	3,52	440	0,15
Hypermarcas ON	-	-	429	0,14
Gerdau PN	-	-	410	0,14
GOL	-	-	403	0,14
Pão de Açúcar PN	-	-	360	0,12
BMFBovespa ON	-	-	329	0,11
Randon	-	-	269	0,09
PDG Realty ON	-	-	224	0,08
Energias BR ON	-	-	171	0,06
AMBEV	-	-	156	0,05
TPIS	-	-	150	0,05
Lojas Americanas PN	-	-	145	0,05
Gafisa S.A.	-	-	136	0,05
Duratex	-	-	125	0,04
Empréstimos de ações	-	-	3.372	1,13
Valores a receber	1.187	0,56	524	0,18
Subtotal	211.253	100,00	297.914	100,00

	2014		2013	
	Valor	Alocação (%)	Valor	Alocação (%)
Fundos Renda Variável/Gestor/Administrador				
FIC VALOR/Valia/BEM DTVM Ltda.	327.852	57,48	274.291	52,40
FIA Index/Valia/BEM DTVM Ltda.	230.437	40,40	237.142	45,30
Ibovespa Value/Bradesco Asset/BEM DTVM Ltda.	9.388	1,65	10.712	2,05
FIA Ação/Valia/BEM DTVM Ltda.	2.714	0,48	1.316	0,25
Subtotal	570.391	100,00	523.461	100,00
Total Renda Variável	781.644	100,00	821.375	100,00

Fundos Investimentos Estruturados/Gestor /

Administrador

FIP SONDAS/Caixa Econômica Federal/Caixa Econômica Federal

Fundo Brasil de Internacionalização de Empresa FIP/TCG Gestor Ltda./Banco Santander (Brasil) SA.

NEO Capital Mezanino FIP/NEO gestão de Recursos Ltda./Intrag DTVM Ltda.

FS - Fundo de Investimento em Participações

CRP VII FIP/CRP Companhia de Participações/CRP Companhia de Participações

FIP Brasil de Governança Corporativa/BR Educacional Gestora de Recursos SA./BEM DTVM Ltda.

BRZ ALL FIP/BRZ Investimentos/BEM DTVM Ltda.

Fundo de Investimento em Participações Kinea Private Equity II/ Kinea Investimentos/Citibank DTVM S.A.

Brasil Portos FIP/BRZ Investimentos Ltda./BB gestão de Recursos DTVM S.A.

Brasil Mezanino InfraEstrutura FIP/Darby Stratus Administração de Investimentos Ltda. / Darby Stratus Administração de Investimentos Ltda.

Brasil Petróleo FIP/MANTIQ Investimentos Ltda./BNY Mellon

Brasil Sustentabilidade FIP/Latour Capital do Brasil Ltda./BEM DTVM Ltda.

FIP Governança e gestão II/Governança e gestão Investimentos Ltda./Banco Santander (Brasil) SA

Fundo de Investimento Imobiliário Panamby/ Banco Brascan S.A.

Investidores Institucionais FIP/Angra Partners Consultoria Empresarial e Participações Ltda./BNY Mellon Serviços Financeiros DTVM SA

2B Capital- Brasil Capital de Crescimento I/2B Capital S.A/ Citibank DTVM S.A.

BNY Mellon GTD FIP/BNY Mellon/BNY Mellon

CTS II FIP/ CRV Dist. Títulos e Valores Mobiliários

Fundo Brasil Internacionalização de Empresa FIP II / TGC Gestor Ltda / BB Gestão de Recursos

DGF FIPAC2/ DGF Investimentos Gestão de Fundos Ltda/ CRV Dist. Títulos e Valores Mobiliários

Subtotal

Total Investimentos Estruturados

	2014		2013	
	Valor	Alocação (%)	Valor	Alocação (%)
FIP SONDAS/Caixa Econômica Federal/Caixa Econômica Federal	39.838	37,68	36.499	36,31
Fundo Brasil de Internacionalização de Empresa FIP/TCG Gestor Ltda./Banco Santander (Brasil) SA.	12.935	12,24	14.991	14,91
NEO Capital Mezanino FIP/NEO gestão de Recursos Ltda./Intrag DTVM Ltda.	10.760	10,18	11.159	11,10
FS - Fundo de Investimento em Participações	6.765	6,40	6.749	6,71
CRP VII FIP/CRP Companhia de Participações/CRP Companhia de Participações	3.815	3,61	6.010	5,98
FIP Brasil de Governança Corporativa/BR Educacional Gestora de Recursos SA./BEM DTVM Ltda.	4.353	4,12	4.989	4,96
BRZ ALL FIP/BRZ Investimentos/BEM DTVM Ltda.	3.526	3,34	4.644	4,62
Fundo de Investimento em Participações Kinea Private Equity II/ Kinea Investimentos/Citibank DTVM S.A.	6.601	6,24	3.101	3,08
Brasil Portos FIP/BRZ Investimentos Ltda./BB gestão de Recursos DTVM S.A.	2.882	2,73	2.852	2,84
Brasil Mezanino InfraEstrutura FIP/Darby Stratus Administração de Investimentos Ltda. / Darby Stratus Administração de Investimentos Ltda.	2.559	2,42	2.771	2,76
Brasil Petróleo FIP/MANTIQ Investimentos Ltda./BNY Mellon	2.794	2,64	1.814	1,80
Brasil Sustentabilidade FIP/Latour Capital do Brasil Ltda./BEM DTVM Ltda.	2.652	2,51	1.724	1,71
FIP Governança e gestão II/Governança e gestão Investimentos Ltda./Banco Santander (Brasil) SA	1.611	1,52	1.341	1,33
Fundo de Investimento Imobiliário Panamby/ Banco Brascan S.A.	1.211	1,15	1.192	1,19
Investidores Institucionais FIP/Angra Partners Consultoria Empresarial e Participações Ltda./BNY Mellon Serviços Financeiros DTVM SA	304	0,29	326	0,32
2B Capital- Brasil Capital de Crescimento I/2B Capital S.A/ Citibank DTVM S.A.	1.534	1,45	182	0,18
BNY Mellon GTD FIP/BNY Mellon/BNY Mellon	186	0,18	182	0,18
CTS II FIP/ CRV Dist. Títulos e Valores Mobiliários	1.200	1,14	-	-
Fundo Brasil Internacionalização de Empresa FIP II / TGC Gestor Ltda / BB Gestão de Recursos	168	0,16	-	-
DGF FIPAC2/ DGF Investimentos Gestão de Fundos Ltda/ CRV Dist. Títulos e Valores Mobiliários	19	0,02	-	-
Subtotal	<u>105.713</u>	<u>100,00</u>	<u>100.525</u>	<u>100,00</u>
Total Investimentos Estruturados	<u>105.713</u>	<u>100,00</u>	<u>100.525</u>	<u>100,00</u>

	2014		2013	
	Valor	Alocação (%)	Valor	Alocação (%)
Investimento no Exterior GP Invest BDR	-	-	3.337	100,00
Total Investimentos no Exterior	-	-	3.337	100,00

Perfis de Investimento-Plano Vale Mais - CNPB 1999.0052-11

Tipo de perfil	Qtde de participantes (Ativos)	Volume de recursos	Rentabilidade 2014 - %	Rentabilidade 2013 - %
Vale Mais Fix	4.960	206.390	12,02	1,45
Vale Mais Mix 20	65.983	1.950.698	9,91	(0,69)
Vale Mais Mix 35	3.088	192.916	8,30	(2,36)
Vale Mais Ativo Mix 40 (*)	685	102.423	8,69	1,29

(*) O perfil Ativo Mix 40 iniciou-se em 15 de janeiro de 2013. Para fins de comparabilidade com a rentabilidade dos demais perfis, gerencialmente neste relatório atribuiu-se a rentabilidade dos primeiros 15 dias do ano igual a do perfil Mix 20.

6.2.4 Plano Cenibra

	2014		2013	
	Valor	(%)	Valor	(%)
Rentabilidade dos ativos				
Renda Fixa	23.779	19,58	20.725	6,11

Detalhamento da Carteira de Investimentos Plano Cenibra

	2014		2013	
	Valor	Alocação (%)	Valor	Alocação (%)
Fundos Renda Fixa/Gestor/Administrador Athena / Valia / BEM DTVM Ltda.	22.141	100,00	19.251	100,00
CDB LF Subordinada Bradesco	1.638	100,00	1.474	100,00
Total Renda Fixa	23.779	100,00	20.725	100,00

6.2.5 Plano Valiaprev

	2014		2013	
	Valor	(%)	Valor	(%)
Rentabilidade dos ativos				
Renda Fixa	306.812	12,22	247.278	1,70
Renda Variável	61.611	0,87	54.753	(11,54)
Operações com Participantes	54.952	12,58	47.668	13,96
Total - Valiaprev	423.375	10,58	349.699	1,17

Detalhamento da Carteira de Investimentos do Plano Valiaprev

	2014		2013	
	Valor	Alocação (%)	Valor	Alocação (%)
Fundos Renda Fixa/Gestor/Administrador				
Kansas/Valia/BEM DTVM Ltda.	179.275	59,95	171.315	69,98
FIM Turquesa/Valia/ BEM DTVM Ltda.	52.509	17,56	30.343	12,39
Safira/Valia/BEM DTVM Ltda.	49.940	16,70	27.372	11,18
Athena/Valia/BEM DTVM Ltda.	17.306	5,79	15.783	6,45
Subtotal	299.030	100,00	244.813	100,00
Títulos Públicos				
NTN - Notas do Tesouro Nacional	7.782	100,00	2.465	100,00
Total Renda Fixa	306.812	100,00	247.278	100,00
Fundos Renda Variável/Gestor/Administrador				
FIA Index/Valia/BEM DTVM Ltda.	28.812	46,76	28.152	51,42
FIC VALOR/Valia /BEM DTVM Ltda.	32.460	52,69	26.446	48,30
FIA Ação/Valia/BEM DTVM Ltda.	339	0,55	155	0,28
Subtotal	61.611	100,00	54.753	100,00
Total Renda Variável	61.611	100,00	54.753	100,00

Perfis de Investimento-Plano Valiaprev - CNPB 2000.0082 - 83

Tipo de perfil	Qtd de participantes (Ativos)	Volume de recursos	Rentabilidade 2014 - %	Rentabilidade 2013 - %
Valiaprev Fix	897	33.988	12,03	1,37
Valiaprev Mix 20	18.410	263.849	9,91	(0,70)
Valiaprev Mix 35	446	14.663	8,27	(2,33)
Valiaprev Ativo Mix 40 (*)	70	10.381	8,70	1,41

(*) O perfil Ativo Mix 40 iniciou-se em 15 de janeiro de 2013. Para fins de comparabilidade com a rentabilidade dos demais perfis, gerencialmente neste relatório atribuiu-se a rentabilidade dos primeiros 15 dias do ano igual a do perfil Mix 20.

6.2.6 Plano de Gestão Administrativa

	2014		2013	
	Valor	(%)	Valor	(%)
Rentabilidade dos ativos				
Renda Fixa	261.039	11,44	196.350	7,53
Renda Variável	-	(4,88)	22.348	(12,32)
Total - Plano de Gestão Administrativa	261.039	10,88	218.698	5,62

Detalhamento da Carteira de Investimento - Plano de Gestão Administrativa

	2014		2013	
	Valor	Alocação (%)	Valor	Alocação (%)
Fundos Renda Fixa/Gestor/Administrador				
Kansas/Valia/BEM DTVM Ltda.	114.411	43,83	63.920	32,55
Mining/BRAM/Banco Bradesco	33.316	12,76	30.119	15,34
E FIM/Santander Asset/Santander Asset	32.449	12,43	29.321	14,93
Onix/Banco Safra/Banco Safra	27.208	10,42	24.604	12,53
Aldebaran/UBS Pactual Asset/UBS Pactual				
Serv. Financeiros	17.608	6,75	17.137	8,73
BB Milenio VIII/BB DTVM/BB DTVM	17.784	6,81	16.060	8,18
Athena/Valia/BEM DTVM Ltda.	18.263	7,00	15.189	7,74
Total Renda Fixa	261.039	100,00	196.350	100,00
Fundos Renda Variável/Gestor/Administrador				
FIA Index/Valia/BEM DTVM Ltda.	-	-	22.227	99,46
FIA Ação/Valia/BEM DTVM Ltda.	-	-	121	0,54
Total Renda Variável	-	-	22.348	100,00

6.2.7 Plano Vale Fertilizantes

	2014		2013	
	Valor	(%)	Valor	(%)
Rentabilidade dos ativos				
Renda Fixa	36.375	11,07	-	-
Renda Variável	3.777	8,16	-	-
Total - Plano de Gestão Administrativa	40.152	10,83	-	-

Detalhamento da Carteira de Investimento - Plano Vale Fertilizantes

	2014		2013	
	Valor	Alocação (%)	Valor	Alocação (%)
Fundos Renda Fixa/Gestor/Administrador				
Kansas/Valia/BEM DTVM Ltda.	26.863	73,85	-	-
Safira/Valia/BEM DTVM Ltda.	7.994	21,98	-	-
Athena/Valia/BEM DTVM Ltda.	1.518	4,17	-	-
Total Renda Fixa	36.375	100,00	-	-
Fundos Renda Variável/Gestor/Administrador				
FIC VALOR/Valia /BEM DTVM Ltda.	1.895	50,18	-	-
FIA Index/Valia/BEM DTVM Ltda.	1.860	49,24	-	-
FIA Ação/Valia/BEM DTVM Ltda.	22	0,58	-	-
Total Renda Variável	3.777	100,00	-	-

7 Reavaliação dos imóveis

Anualmente, a Fundação realiza a reavaliação da sua carteira imobiliária de acordo com as normas estabelecidas pela PREVIC. A reavaliação de 2014 foi realizada pela FIDE Serviço de Engenharia e Consultoria Ltda., cujo parecer foi emitido pelo engenheiro Jackson Carvalho Guedes – CREA 45.458-D. A reavaliação do exercício de 2013 foi realizada pela Analítica - Engenharia de Avaliações Ltda., cujo parecer foi emitido pelo engenheiro Paulo Roberto Furtado Junger - CREA 46.053-D-RJ.

A partir da próxima reavaliação da carteira imobiliária, procederemos conforme Instrução PREVIC No 15 de 12 de novembro de 2014. A referida instrução define que em caso de reavaliação anual dos investimentos imobiliários, a Entidade fica dispensada do registro da depreciação.

O quadro a seguir apresenta o valor da reavaliação dos investimentos imobiliários da Valia em 2014:

Imóvel	Data da avaliação	Valor do imóvel	Vida útil remanescente	Efeito no resultado
America Business Park	15/07/2014	88.191	36	2.854
Centro Empresarial Cidade Nova	15/07/2014	314.348	32	20.822
Centro Empresarial Mourisco	15/07/2014	49.000	32	1.518
Cidade Jardim Corporate Center	15/07/2014	367.655	49	4.607
Ed. Sede de Empresas	15/07/2014	23.840	20	3.487
Edifício Barão de Mauá	15/07/2014	146.595	22	13.223
Edifício Candelária Corporate	15/07/2014	58.350	32	1.309
Rio Office Tower	15/07/2014	256.181	49	5.124
		<u>1.304.160</u>		<u>52.944</u>

Nos exercícios de 2014 e de 2013 foram adotados o método comparativo de dados de mercado, segundo as normas da Associação Brasileira de Normas Técnicas - ABNT. O resultado da

reavaliação foi de R\$ 52.944 em 31 de dezembro de 2014 (R\$ 135.964 - 2013), conforme detalhado a seguir:

Imóvel	Aumento no resultado do exercício	
	2014	2013
Imóveis de Uso Próprio	3.799	4.071
Imóvel Locado às Patrocinadoras	13.223	26.314
Locados a Terceiros	<u>35.922</u>	<u>105.579</u>
	<u>52.944</u>	<u>135.964</u>

8 Provisão de direitos creditórios de liquidação duvidosa

Em conformidade com o Item 11, Anexo "A" da Instrução SPC no 34, de 24 de setembro de 2009 a Fundação constituiu provisão para crédito de liquidação duvidosa para fazer face à eventual inadimplência da carteira de empréstimos e da carteira de investimentos imobiliários. No que tange a carteira de empréstimos, o valor da provisão é de R\$ 42.424 em 31 de dezembro de 2014 (R\$ 33.216 - 2013) nos planos Benefício Definido, Vale Mais e Valiaprev. Com relação à inadimplência referente aos aluguéis e outros direitos a receber da carteira imobiliária, a provisão é de R\$ 1.445 em 31 de dezembro de 2014 (R\$ 1.347 - 2013) nos planos Benefício Definido e Vale Mais.

9 Ativo permanente

A Valia realiza anualmente o inventário físico dos bens do ativo permanente compatibilizando os controles individuais com os registros contábeis, em consonância com a Resolução CNPC no 08, de 31 de outubro de 2011. O ativo permanente está registrado no Plano de Gestão Administrativa classificado em imobilizado e intangível, conforme quadro a seguir:

Permanente	2014	2013	Var (%)
Imobilizado	2.683	2.755	(2,61)
Intangível	20.623	18.359	12,33
	<u>23.306</u>	<u>21.114</u>	<u>10,38</u>

No subgrupo Imobilizado os registros estão subdivididos em itens como: Móveis e Utensílios, Equipamentos de Informática, Instalações. Já no subgrupo Intangível estão alocados os sistemas em uso pela Fundação como também os sistemas e projetos que estão sendo implantados.

10 Exigível operacional da gestão previdencial

Neste grupo registram-se benefícios a pagar e as respectivas retenções da folha de benefícios. No grupo "Outras exigibilidades" estão os reembolsos à patrocinadores e o carregamento a repassar ao PGA, referente ao Custeio Administrativo. Tal carregamento é repassado ao PGA no mês subsequente a sua apuração.

Gestão Previdencial	2014	2013	Var (%)
Benefícios a pagar	895	1.024	(12,60)
Retenções a recolher	17.590	9.955	76,70
Outras exigibilidades	<u>9.198</u>	<u>6.097</u>	<u>50,86</u>
	<u>27.683</u>	<u>17.076</u>	<u>62,12</u>

11 Exigível operacional da gestão administrativa

Apresenta os valores a pagar relacionados à pessoal e encargos, retenções a recolher e fornecedores.

12 Exigível operacional dos investimentos

Apresenta os valores a pagar relacionados aos investimentos da Valia, conforme quadro abaixo:

Investimentos	2014	2013	Var (%)
Imobiliários	847	927	(8,63)
Empréstimos e financiamentos	1.002	183	447,54
	<u>1.849</u>	<u>1.110</u>	<u>66,58</u>

13 Exigível contingencial

As contingências são incertezas que, dependendo de eventos futuros, poderão ter impacto na situação econômico-financeira da entidade. A Valia adota como critério para o registro dessas contingências provisionar somente as ações consideradas, pelo advogado, como perda provável e com decisão judicial em segundo grau.

Esta rubrica contempla os processos judiciais de natureza previdenciária, administrativa e de investimentos conforme detalhamento a seguir. Em 2014, houve um acréscimo de R\$ 183.672 na provisão (Decréscimo de R\$ 55.033 - em 2013).

Exigível Contingencial	2014	2013	Var (%)
Gestão previdencial	1.346.822	1.163.779	15,73
Gestão administrativa	13.648	125	10.818,40
Investimentos	<u>2.205</u>	<u>15.099</u>	<u>(85,40)</u>
	<u>1.362.675</u>	<u>1.179.003</u>	<u>15,58</u>

13.1 Exigível contingencial da gestão previdencial

Os processos de natureza previdencial são basicamente ações de assistidos, cujos principais objetos são as diferenças decorrentes de atualização monetária de suas reservas de poupança e equivalência dos benefícios ao salário mínimo (artigo 58 do Ato Declaratório das Disposições Constitucionais Transitórias), bem como aplicação de ganhos reais aos benefícios. Existem ainda os processos com objeto Expurgos Inflacionários, que se referem a ações em que assistidos e ex-participantes (que já efetuaram o resgate da reserva de poupança) requerem a aplicação dos expurgos inflacionários ao benefício ou a reserva de poupança resgatada.

Gestão previdencial	2014	2013	Var (%)
Artigo 58	305.719	511.529	(40,23)
Ganho real	223.525	103.318	116,35
Expurgos inflacionários	121.057	249.419	(51,46)
Outros	<u>696.521</u>	<u>299.513</u>	<u>132,55</u>
	<u>1.346.822</u>	<u>1.163.779</u>	<u>15,73</u>

Com vistas a explicar o contido na linha "Outros" do quadro acima vale ressaltar que a Valia possui outras ações relacionadas a questionamentos previdenciais, cuja classificação dada pelos advogados é de perda provável. Estas estão classificadas no subgrupo "Outros", na gestão Previdencial onde se pleiteiam mais de um objeto, conforme demonstra quadro a seguir:

Outros - Gestão Previdencial	2014	2013	Var (%)
Artigo 58 + outros índices	602.613	189.428	218,12
Ganho real + outros índices	78.617	100.129	(21,48)
Outros	<u>15.291</u>	<u>9.956</u>	<u>53,59</u>
	<u>696.521</u>	<u>299.513</u>	<u>132,55</u>

Estas provisões referem-se ao plano Benefício Definido.

13.2 Exigível Contingencial da Gestão Administrativa

Neste grupo estão alocados os processos de natureza administrativa que referem-se a ações reclamationárias promovidas por ex-empregados da Fundação, no valor de R\$ 137 em 31 de dezembro de 2014 (R\$ 125 - em 2013).

Ainda neste grupo, no exercício de 2014, houve a reclassificação contábil de processos de causas tributárias que estavam alocados no Exigível Contingencial de Investimentos. Todo este grupo com causas trabalhistas e tributárias totaliza em 31 de dezembro de 2014 R\$ 13.648 (R\$ 125 - em 2013).

13.3 Exigível Contingencial Investimentos

Quanto aos processos do programa de investimentos, estes são decorrentes de ações relativas preponderantemente a imóveis da carteira imobiliária da Valia, no valor de R\$ 2.205 em 31 de dezembro de 2014 (R\$ 15.099 em 2013, considerando os processos que foram reclassificados conforme nota acima. Para efeito de comparabilidade, os processos que não sofreram reclassificação em 2014 totalizam R\$ 1.771 em 2013).

13.4 Perdas possíveis

O status processual destes processos, na avaliação dos advogados, não indica uma perda provável, pois a matéria ainda não foi pacificada e há divergência na interpretação nos tribunais regionais. Por este motivo esses valores não foram reconhecidos nas demonstrações contábeis do exercício social de 2014.

A Valia e seus assessores jurídicos externos revisam tais status e classificações periodicamente. Abaixo quadro com os valores classificados como perda possível, posicionados em 31 de dezembro de 2014 comparativo com o exercício anterior:

Perdas Possíveis	2014	2013	Var (%)
Gestão Previdencial	446.902	489.665	(8,73)
Gestão Administrativa	2.308	27	8.448,15
Investimentos	<u>6.143</u>	<u>642.136</u>	<u>(99,04)</u>
	<u>455.353</u>	<u>1.131.828</u>	<u>(59,77)</u>

A variação no montante de Perdas Possíveis na rubrica Investimentos decorre preponderantemente de revisão dos valores estimados em demanda judicial, para maior aderência ao respectivo estágio processual.

A variação no valor de Perdas Possíveis na rubrica Gestão Administrativa decorre de ajuste de demanda judicial classificada originalmente na rubrica de Investimentos e de alocação de processos de natureza tributária através dos quais a Valia, enquanto autora, visa a anulação de débitos fiscais.

14 Exigível atuarial

As provisões matemáticas consignadas nos balanços de 2014 e 2013 referem-se à avaliação atuarial realizada pelos atuários externos independentes: Mercer Human Resource Consulting (Plano Benefício Definido, Plano Vale Mais e Abono Complementação e Vale Fertilizantes), Bhering - Consultoria e Projeto Ltda. (Plano Valiaprev) e Atuas - Atuários Associados Ltda (Plano Cenibra). Conforme parecer atuarial as hipóteses e métodos utilizados na avaliação são apropriados e atendem à Resolução CGPC no 18 de 25 de março de 2005, ou seja, respeitam a legislação vigente, as características da massa de participantes e os regulamentos dos planos.

Benefício concedido

Em relação ao Plano Benefício Definido, essa provisão consiste na diferença entre o valor atual dos encargos assumidos pela Valia em relação aos assistidos em gozo de rendas de complementações de aposentadorias e pensões e o valor atual das contribuições que por eles venham a ser recolhidas à Valia para a sustentação dos referidos encargos, de acordo com o plano de custeio em vigor.

As provisões matemáticas de benefícios concedidos dos demais planos estão representadas por: (i) o valor atual dos compromissos com o pagamento dos benefícios de aposentadoria, incapacidade, benefício por morte e benefício proporcional diferido aos participantes já assistidos em gozo de renda mensal vitalícia e de seus beneficiários; e (ii) pelo saldo de conta remanescente para os demais participantes assistidos.

Benefício a conceder

As provisões matemáticas de benefícios a conceder do Plano Benefício Definido representam a diferença entre compromissos futuros com o pagamento de benefícios aos participantes ainda não assistidos e seus beneficiários e o valor atual das contribuições futuras a serem recolhidas por patrocinadores e por estes participantes.

No caso dos demais planos, representam o saldo de contas previdenciárias (participante e patrocinador) dos participantes que ainda não estão em gozo de benefício programado. Para os benefícios de risco e o benefício proporcional, as provisões matemáticas de benefícios a conceder representam a diferença entre compromissos futuros com o pagamento destes benefícios aos participantes ainda não assistidos e seus beneficiários e o valor atual das contribuições futuras a serem recolhidas por patrocinadores.

A seguir descrevemos as hipóteses utilizadas na avaliação atuarial

	2014	2013
Plano Benefício Definido	Tábua de mortalidade AT -2000 suavizada em 10%. Tábua de entrada em invalidez - Zimmerman suavizada a 55% Taxa de juros anual- 4,75% a.a Nível de inflação anual 3% a.a Crescimento salarial- 0% a.a	Tábua de mortalidade AT -2000 masculina suavizada em 10% Tábua de entrada em invalidez Álvaro Vindas agravada em 3,0 Taxa de juros anual-4,75% a.a Nível de inflação anual-3% a.a Crescimento salarial-0% a.a
Plano Vale Mais Subplano Benefício Proporcional	Tábua de mortalidade AT -83 Tábua de entrada em invalidez - Zimmerman suavizada a 55% Taxa de juros anual 5,5% a.a Nível de inflação anual 3% a.a. para os benefícios já concedidos	Tábua de mortalidade AT -1983 masculina Tábua de entrada em invalidez Álvaro Vindas agravada em 3,0 Taxa de juros anual- 5,5% a.a Nível de inflação anual 3% a.a. para os benefícios já concedidos
Subplano Risco	Tábua de mortalidade AT -83 Tábua de entrada em invalidez - Zimmerman suavizada a 55% Taxa de juros anual 5,5% a.a Nível de inflação anual 3% a.a Rotatividade - 3% a.a. para os participantes até 47 anos Crescimento salarial- 3% a.a. para os participantes até 47 anos	Tábua de mortalidade AT -1983 Tábua de entrada em invalidez Álvaro Vindas agravada em 3,0 Taxa de juros anual 5,5% a.a Nível de inflação anual 3% a.a Rotatividade - 3% a.a. para os participantes até 47 anos Crescimento salarial- 3% a.a. para os participantes até 47 anos
Subplano Renda	Tábua de mortalidade AT -83 Taxa de juros anual 5,5% a.a Nível de inflação anual 3% a.a. para os benefícios vitalícios já concedidos	Tábua de mortalidade AT -1983 Taxa de juros anual 5,5% a.a Nível de inflação anual 3% a.a. para os benefícios vitalícios já concedidos
Plano Valiprev Subplano Risco	Tábua de mortalidade AT -83 Tábua de entrada em invalidez - Zimmerman suavizada a 55% Taxa de juros anual 5,5% a.a	Tábua de mortalidade AT -1983 Tábua de entrada em invalidez Álvaro Vindas agravada em 3,0 Taxa de juros anual 5,5% a.a
Subplano Renda	Tábua de mortalidade AT -83 Taxa de juros anual- 5,5% a.a	Tábua de mortalidade AT -1983 Taxa de juros anual 5,5% a.a
Plano Cenibra	Tábua de mortalidade AT -83, desagravada em 10 anos Taxa de juros anual 5,45% a.a	Tábua de mortalidade AT -1983, masculina, desagravada em 10 anos Taxa de juros anual- 5,5% a.a
Plano Vale Fertilizantes	Tábua de mortalidade AT -2000 Taxa de juros anual- 4,9 % a.a	- -

O impacto no resultado da gestão previdencial - constituições/reversões de provisões atuariais consolidadas estão demonstrados abaixo:

	Benefícios concedidos	Benefícios a conceder	Provisões a Constituir	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2012	<u>8.563.883</u>	<u>2.547.210</u>	<u>-</u>	<u>11.111.093</u>
Apropriação ao resultado	<u>816.316</u>	<u>268.162</u>	<u>-</u>	<u>1.084.478</u>
Saldos em 31 de dezembro de 2013	<u>9.380.199</u>	<u>2.815.372</u>	<u>-</u>	<u>12.195.571</u>
Apropriação ao resultado	<u>639.967</u>	<u>564.296</u>	<u>(858)</u>	<u>1.203.405</u>
Saldos em 31 de dezembro de 2014	<u>10.020.166</u>	<u>3.379.668</u>	<u>(858)</u>	<u>13.398.976</u>

14.1 Taxa de juros

Plano benefício definido

Devido à sustentação da inflação acima do centro da meta estabelecida pelo Conselho Monetário Nacional, aos ajustes esperados na política fiscal e na economia e à expectativa de aumento de juros nos EUA, é esperado pelo mercado a continuidade do movimento de elevação das taxas de juros domésticas em 2015.

A carteira de investimentos do Plano de Benefício Definido conta com ativos indexados à inflação nos segmentos de Renda Fixa, Imóveis e Operações com Participantes, com taxas de retorno reais superiores a 4,75% a.a., em montante que supera o valor presente dos benefícios futuros.

Com base nesta perspectiva macroeconômica e nos estudos de ALM (Assets Liabilities Management) elaborados pela Mercer Consultoria, na composição da carteira de investimentos do Plano

e em uma política de investimentos que engloba os segmentos de renda variável e alternativos, torna-se provável o atingimento de uma taxa de retorno de 4,75% a.a. no horizonte de prazo dos estudos de ALM. No exercício anterior adotou-se a mesma taxa de juros de 4,75% a.a.

15 Fundos

Os fundos são constituídos tomando por base a sua natureza e finalidade. A Valia consignou em seu balanço os seguintes fundos:

Fundo Previdencial - Os saldos apresentados no balanço de 2014 referem-se aos Fundos para Desvios de Sinistralidade e Alterações de Hipóteses; Superávit - 2012, além dos Fundos Valesul, Albrás e FCA, todos previstos nas notas técnicas atuarias dos planos de benefícios, conforme quadro a seguir:

	2014	2013
Abono complementação		
Outros - previsto em nota técnica atuarial FDSA (*)	97.495	97.495
	97.495	97.495
Benefício definido		
Revisão do plano	342.626	1.139.159
Distribuição de superávit	-	476.006
Distribuição de superávit - 2012	342.626	663.153
Cenibra		
Outros - previsto em nota técnica atuarial FDSA (*)	2.796	5.537
	2.796	5.537
Vale Mais		
Outros - previsto em nota técnica atuarial FDSA (*)	260.507	220.223
	260.507	220.223
Vale Fertilizantes		
Outros - previsto em nota técnica atuarial FDSA (*)	41	-
	41	-
Valiaprev		
Outros - previsto em nota técnica atuarial FDSA (*)	30.237	26.519
	15.293	11.105
Fundo Valesul	3.145	2.838
Fundo Albrás	11.722	12.507
Fundo FCA Risco	77	69

(*) Fundos para desvios de sinistralidade e alterações de hipóteses.

Fundo Administrativo - A constituição ou reversão do Fundo da gestão Administrativa se dá pela apuração das receitas provenientes da Gestão Previdencial, Resultado dos Investimentos Administrativos e Receitas Diretas da Gestão Administrativa, deduzidas as despesas administrativas e contingências administrativas. Em 31 de dezembro de 2014 o saldo deste fundo é de R\$ 279.165 (R\$ 244.921 - em 2013).

Fundo de Investimento - É constituído para fazer face à possível inadimplência dos contratos de mútuo (empréstimos).

O saldo deste fundo é remunerado por meio da rentabilidade dos investimentos auferida mensalmente. Em 2014, mediante a avaliação da rentabilidade anual da carteira, necessidade de manutenção do fundo e a perspectiva futura de inadimplência com base no cenário da política de investimentos foi revertido parte do saldo deste fundo. Em 31 de dezembro de 2014 o saldo deste fundo é de R\$ 500 (R\$ 1.000 - em 2013).

As mutações dos fundos estão demonstradas como segue:

	Fundos Previdenciais	Fundo Administrativo	Fundo Investimentos	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2012	2.509.368	209.766	17.651	2.736.785
Formação/ Reversão de fundos	<u>(1.020.435)</u>	<u>35.155</u>	<u>(16.651)</u>	<u>(1.001.931)</u>
Saldos em 31 de dezembro de 2013	1.488.933	244.921	1.000	1.734.854
Formação/ Reversão de fundos	<u>(755.231)</u>	<u>34.244</u>	<u>(500)</u>	<u>(721.487)</u>
Saldos em 31 de dezembro de 2014	<u>733.702</u>	<u>279.165</u>	<u>500</u>	<u>1.013.367</u>

16 Distribuição de Superávit

Em março de 2010, a PREVIC aprovou as alterações do Regulamento do Plano BD, considerando as adaptações ao disposto na Resolução CGPC no 26/2008 e Instrução SPC no 28/2008, que estabeleceram a permanência do percentual de 25% aplicado sobre a suplementação líquida mensal de janeiro de cada ano. Critério este que perdura condicionado a existência de recursos no Fundo de Distribuição do Superávit.

Em novembro de 2010, a PREVIC aprovou as alterações do Regulamento do Plano BD, pela portaria no 897, publicada no Diário Oficial da União (DOU) de 17/11/2010, considerando que adicionalmente ao pagamento do percentual de 25% (vinte e cinco por cento) sobre o benefício líquido de contribuição à Valia para a obtenção do valor da rubrica "distribuição de superávit (artigo 20 da LC 109/2001)", no mês de junho de cada exercício, em caráter extraordinário e transitório, condicionado à existência de recursos no Fundo de Distribuição do Superávit, o pagamento de um abono correspondente a três vezes o valor do benefício líquido de contribuição para a Valia, denominado "abono de distribuição de superávit (artigo 20 da LC 109/2001)".

Em 2011, na forma do regulamento do Plano de Benefício Definido, foi realizado o pagamento do percentual de 25% aplicado sobre a suplementação líquida mensal de janeiro de 2011. Adicionalmente a este pagamento, no mês de junho, em caráter extraordinário e transitório, foi pago um abono correspondente a três vezes o valor do benefício líquido de contribuição para a Valia, denominado

"abono de distribuição de superávit (artigo 20 da LC 109/2001)". Estes critérios são condicionados a existência de recursos no Fundo de Distribuição do Superávit.

A PREVIC aprovou as alterações do Regulamento do Plano BD, pela portaria no 77, publicada no DOU de 15/02/2012, considerando que adicionalmente ao pagamento do percentual de 25% (vinte e cinco por cento) sobre o benefício líquido de contribuição para Valia para a obtenção do valor da rubrica "distribuição de superávit (artigo 20 da LC 109/2001)", para o ano de 2012 um abono, pago extraordinariamente em março (30 dias a partir de sua aprovação), e outro abono pago em junho de 2012, ambos correspondentes a três vezes o valor do benefício líquido de contribuição para a Valia, denominado "abono de distribuição de superávit (artigo 20 da LC 109/2001)". Para o ano de 2013 em diante, no mês de junho de cada ano, enquanto perdurar o Fundo de Distribuição do Superávit, seria efetuado o pagamento de um abono correspondente a seis vezes o valor do benefício líquido de contribuição para a Valia, denominado "abono de distribuição de superávit (artigo 20 da LC 109/2001)".

A Superintendência Nacional de Previdência Complementar (Previc) aprovou, em caráter definitivo, a alteração regulamentar para antecipar para janeiro de cada ano a data de pagamento do Abono do Superávit do Plano de Benefício Definido através de portaria publicada em 20 de dezembro de 2012, no DOU.

Em 2014, o abono de distribuição de superávit, correspondente a seis vezes o valor do benefício

líquido de contribuição para a Valia, foi pago no mês de janeiro. Os pagamentos mensais de 25% foram mantidos, da mesma forma que como definidos desde 2007, ambos até a exaustão do Fundo de Distribuição do Superávit, bem como enquanto persistirem as condições legais e regulamentares para a sua concessão.

Considerando que o superávit do plano Benefício Definido ultrapassa 25% das provisões matemáticas, foi constituída a reserva especial para revisão do plano pelo 3o ano consecutivo, já considerando as hipóteses mínimas (tábua de mortalidade AT2000 com juros de 5% a.a.) previstas na Resolução CGPC no26, de 29 de setembro de 2008. Ainda de acordo com a Resolução, a revisão do plano de benefícios é obrigatória. O Conselho Deliberativo decidiu transferir os recursos da reserva especial para um novo fundo previdencial de distribuição de superávit - 2012 e encomendou a realização de estudo específico para determinação da distribuição e destinação desse novo superávit no exercício de 2013.

Em dezembro de 2013, com base na Resolução CNPC no10, de 19 de dezembro de 2012, que alterou a Resolução CGPC no26, de 29 de setembro de 2008, foram alteradas as hipóteses mínimas (tábua de mortalidade AT2000 suavizada em 10% com juros de 4,75% a.a.) e apurado novo superávit do plano Benefício Definido, que ultrapassa 25% das provisões matemáticas e foi revisto o valor da reserva especial para revisão do plano (fundo previdencial de distribuição de superávit - 2012).

Na reunião de 18 de setembro de 2013 o Conselho Deliberativo aprovou a alteração do Regulamento para contemplar a nova distribuição de superávit:

“Superávit 1”: antecipar o seu pagamento de modo a extinguir o Fundo de Distribuição de Superávit, que vinha sendo distribuído sob a forma de parcela mensal (“distribuição de superávit (art. 20 da LC 109/2001)”) e de abono anual.

“Superávit 2”: Iniciar a distribuição dos valores registrados no Fundo de Distribuição de Superávit 2012, através do pagamento mensal do percentual de 25% (vinte e cinco por cento) sobre o benefício líquido de contribuição para Valia.

A alteração regulamentar foi aprovada pela

Portaria no 9, de 25/02/2014, publicada no DOU de 26/02/2014, sendo extinto o Fundo de “Superávit 1” no pagamento da FOPAG de março/2014.

Os valores pagos a título de distribuição de superávit são registrados no grupo “Outras deduções” na Gestão Previdencial.

17 Eventos subsequentes

Em 7 de janeiro de 2015 foi publicado no D.O.U. a autorização da retirada de patrocínio da VALE FLORESTAR S.A. do Plano Vale Mais.

Conforme nova redação dada à Resolução CGPC no 26, de 29 de setembro de 2008, por meio da Resolução CNPC no 16, de 19 de novembro de 2014, bem como a Instrução PREVIC no19 de 04 de fevereiro de 2015, a partir do exercício subsequente a estas demonstrações contábeis, será necessário divulgar o Equilíbrio Técnico Ajustado, ajuste este resultante da diferença negativa entre os títulos públicos federais atrelados a índice de preços, classificados na categoria títulos mantidos até o vencimento, calculados considerando a taxa de juros real anual utilizada na respectiva avaliação atuarial e o valor contábil destes mesmos títulos.

18 Outros assuntos

Conforme previsto no respectivo Termo de Transferência de Gerenciamento do Plano Vale Fertilizantes administrado pela Bungeprev – Fundo Múltiplo de Previdência Privada para a Valia o processo de transferência foi concluído em 05 de março de 2014, dentro do prazo estabelecido. Tal conclusão foi devidamente informada à Superintendência Nacional de Previdência Complementar – PREVIC.

O plano passou a ser gerenciado pela Valia a partir de tal data. Por este motivo, nas Demonstrações Contábeis deste plano, não são informados os valores de 2013.

Nas demonstrações contábeis do exercício de 2014, na rubrica “Operações Transitórias” temos os valores da referida transferência: R\$ 33.511 na Demonstração da Mutaçao do Patrimônio Social, R\$ 33.507 na Demonstração

da Mutação do Ativo Líquido do Plano Vale Fertilizantes e R\$ 2 na Demonstração do Plano de Gestão Administrativa. Todos estes valores referem-se a posição recebida na transferência de gerenciamento. Os valores de fechamento anual estão expressos nas respectivas demonstrações.

A patrocinadora PSC Terminais Intermodais Ltda. teve sua retirada do plano Vale Mais aprovada pelo Conselho Deliberativo em 2013 e está com o processo de retirada em andamento junto à PREVIC.

A Aposvale teve sua adesão como patrocinador do Plano Valiaprev aprovada pelo Conselho Deliberativo em 2013 e está com o processo de adesão em andamento junto à PREVIC.

As empresas Aliança Norte Energia e Participações S.A, Aliança Geração de Energia e Vale Energia tiveram sua adesão como patrocinadoras aprovadas pelo Conselho Deliberativo em 2014 e estão com o processo de adesão em andamento junto à PREVIC.

Maria Eudoxia Monteiro de Barros Gurgel
Diretora Superintendente
CPF: 003.438.267-47

Mauricio da Rocha Wanderley
Diretor de Investimentos e Finanças
CPF: 001.911.777-92

Maria Elisabete Silveira Teixeira
Diretora de Seguridade
CPF: 860.851.237-87

Fernanda Alves Gouvêa
Contadora - CRC-RJ 105.083/O-0
CPF: 088.660.857-07

CENÁRIO MACROECONÔMICO

No ano de 2014, os principais temas relacionados ao exterior foram o baixo crescimento na Zona do Euro, a retomada do nível de atividade nos EUA e a desaceleração na China. A Zona do Euro apresentou lento crescimento aliado a uma inflação que se manteve em patamar reduzido. Para estimular a economia, o Banco Central diminuiu a taxa básica de juros e iniciou um programa de compra de títulos. O desemprego apresentou uma leve queda no primeiro semestre, mas estabilizou em 11,5%.

Nos EUA, a recuperação é consistente com redução do índice de desemprego e crescimento do PIB. O Banco Central encerrou a compra de títulos, entretanto o baixo nível da inflação continua a preocupar. Desta forma, o mercado aguarda a decisão de aumento da taxa básica de juros com a melhora dos indicadores de atividade, desemprego e inflação.

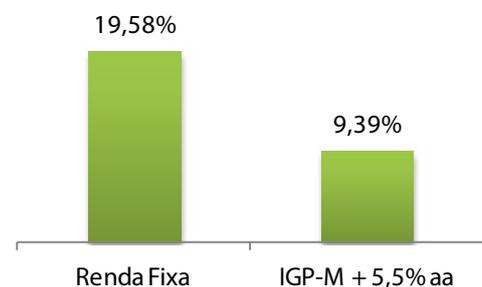
A China apresentou indicadores econômicos voláteis e em desaceleração. O governo adotou incentivos direcionados, como expansão do crédito em certos setores da economia, para manter o crescimento da economia próximo à meta de 7,5%.

Em relação à economia brasileira, as expectativas apontam para um crescimento limitado no ano de 2014 pelo resultado mais fraco da atividade e a deterioração da confiança dos agentes econômicos. A projeção para o PIB do ano de 2014, segundo a Consultoria Tendências, é de -0,1%. A inflação, medida pelo IPCA, acelerou neste último ano, registrando alta de 6,40%. O Banco Central ao longo do ano elevou a taxa básica de juros, a SELIC encerrou o ano a 11,75%.

Ainda que o cenário econômico desafiador tenha provocado alta volatilidade no mercado financeiro em 2014, a Fundação adotou medidas para minimizar os impactos na sua carteira, reduzindo a participação em ativos que mais sofreram com as grandes oscilações e, conseqüentemente, aumentando a previsibilidade dos retornos.

Plano Cenibra

A carteira consolidada do plano apresentou rentabilidade de 19,58%, superando a meta atuarial medida pelo IGP-M + 5,5% de 9,39%. O Plano Cenibra possui somente investimentos no segmento de Renda Fixa, sendo sua carteira composta quase que na sua totalidade por títulos indexados a inflação.



DESPESAS DE INVESTIMENTOS

DESPESAS DE INVESTIMENTOS	Gestão Propria	Gestão Terceirizada	Total
Taxa de Administração dos Fundos	313.070	4.950.719	5.263.789
Custódia	523.717	209.794	733.511
Controladoria	22.489	46.834	69.323
Taxa de Gestão dos Fundos	-	6.935.676	6.935.676
Taxa de Fiscalização - CVM	257.160	288.000	545.160
Selic	322.955	47.562	370.517
Cetip	598.221	167.152	765.373
Cblc	47.108	21.658	68.766
AMBIMA	34.807	39.596	74.403
Auditoria - Fundos	27.838	65.342	93.180
Cartório - Fundos	848	1.508	2.355
Corretagens	1.422.212	1.211.640	2.633.852
Emolumentos	545.313	426.826	972.138

POLÍTICA DE INVESTIMENTOS DO PLANO CENIBRA DE 2014

1. Introdução

O presente documento visa estabelecer as diretrizes de investimento plurianual que a Valia adotará com foco para o ano de 2014, revisando as premissas adotadas nos cenários de médio e longo prazo da Fundação. Essas diretrizes têm por referência o cenário macroeconômico de curto, médio e longo prazo (horizonte de 10 anos) e estudos de ALM – Asset Liability Management (Gestão de Ativos e Passivos).

A Valia administra quatro planos de benefícios, o Abono complementação¹ e ainda o plano de gestão administrativa (PGA). A Fundação possui 50 patrocinadores e conta com mais de 112 mil participantes (até setembro de 2013), entre ativos e assistidos. As diretrizes e as estratégias para a alocação dos recursos no longo prazo objetivam o equilíbrio econômico-financeiro entre seu ativo e passivo atuarial e o atingimento de suas metas.

A Valia está entre as seis maiores fundações brasileiras² e os investimentos da entidade estão distribuídos pelos diversos setores da economia brasileira, com capital total investido de cerca de R\$ 16 bilhões (posição de setembro de 2013). Desta forma, conscientes do papel na geração de valor aos seus participantes e na capacidade de influenciar positivamente as empresas a cada vez mais integrar temas ambientais, sociais e de governança na tomada de suas decisões de investimentos, garantindo assim os retornos de longo-prazo dos investimentos, em março de 2007 a Valia aderiu de forma voluntária ao PRI - Princípios para o Investimento Responsável da ONU. Com isso, suas ações, práticas e relações passaram a ser norteadas por um conjunto de normas e princípios que garantam que o cumprimento de sua missão institucional seja pautado pelo respeito aos valores

1 Da patrocinadora Vale S.A..

2 Classificação das Entidades Fechadas de Previdência Complementar (EFPC's) considerando o total dos investimentos. Fonte: Consolidado Estatístico da ABRAPP de Junho/2013.

sociais, ambientais e à governança corporativa.

O PRI contém princípios que incluem critérios ambientais, sociais e de governança (ESG - Environmental Social and Corporate Governance) nas tomadas de decisão em investimentos. Esses princípios foram desenvolvidos pelos 20 principais investidores institucionais do mundo, tendo sido o projeto supervisionado pela Iniciativa Financeira do Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente (PNUMA) e pelo Pacto Global das Nações Unidas.

Os signatários dos princípios se comprometem com seis regras de conduta, como segue:

- (i) incorporar os princípios ambientais, sociais e de governança corporativa nas análises de investimento;
- (ii) agir como acionistas ativos e exercer direitos de voto e outros considerando as questões ambientais, sociais e de governança corporativa;
- (iii) buscar transparência adequada nas instituições das quais sejam acionistas;
- (iv) promover a aceitação e implementação do PRI junto à indústria de investimento;
- (v) trabalhar juntos para ampliar a efetividade da implementação dos princípios; e
- (vi) trocar informações acerca da implementação dos princípios e de seu progresso.

Cada um dos itens mencionados é dividido em vários subitens, cujas características básicas estão relacionadas com transparência, efetividade e consideração das questões ambientais e sociais.

Acreditamos que empresas que adotem os princípios ESG em sua gestão potencializam investimentos, oferecendo mais segurança ao investidor no médio e longo prazo, e possuem mais chance de permanecerem produtivas pelas próximas décadas. Essas empresas provavelmente sofrerão menos passivos judiciais, com ações ambientais, trabalhistas e sociais.

Essa iniciativa da Valia vai ao encontro das ações

desenvolvidas por sua maior patrocinadora - Vale S.A.- que seguindo uma tendência corporativa global, produz seu relatório de sustentabilidade conforme as diretrizes da Global Reporting Initiative (GRI). Com isso, a Vale passou a incorporar em seus negócios os conceitos e práticas de sustentabilidade, de proteção e recuperação do ecossistema, com constante estímulo a pesquisas e novas descobertas científicas nas regiões onde atua.

2. Premissas Macroeconômicas

Economia Brasileira:

A dinâmica de recuperação da economia brasileira permanece cercada de incertezas e as expectativas são de baixo crescimento em 2013. A recuperação da economia internacional, mesmo que lenta, suporta o atual ritmo de crescimento do PIB local, fazendo com que o nível de atividade se mantenha estável em 2014. A produção industrial está estagnada, enquanto a política econômica foca no estímulo ao consumo, gerando desequilíbrio na economia, o qual também é refletido pelo aumento do déficit externo e pela inflação persistentemente alta. Esse aumento da inflação também levou o Banco Central a elevar a taxa básica de juros da economia, a Selic. O BC fez sucessivos aumentos na taxa, que saiu de 7,25% em abril, fechando o ano em 10%.

Para 2014, as projeções da Tendências Consultoria apontam para uma Selic em torno de 10,25%, o que ainda não deverá ser suficiente para convergir a inflação, que deve se sustentar em torno de 6%, para o centro da meta. A política fiscal também será um desafio para o próximo ano, e não deve cumprir integralmente o primário. O nível de atividade deverá ficar em linha com o desse ano, em torno de 2,1%. O câmbio tem projeção para 2,45 R\$/US\$ em 2014, muito influenciado pelas expectativas acerca do início da retirada dos estímulos nos EUA.

As principais premissas assumidas no cenário macroeconômico da Valia para o ano de 2014 são as seguintes:

Variável	Indicador	Previsão 2013	Cenário 2014
Inflação	IGP-M	5,30%	5,90%
Inflação	IPCA	5,90%	6,00%
Taxa de Juros	SELIC (Média)	8,20%	10,20%
Atividade Econômica	PIB	2,40%	2,14%
Câmbio	R\$/US\$ (Final de Período)	2,20	2,45
Bolsa de Valores	Ibovespa*	0,00%	15,00%

Fonte: Tendências Relatório de Dez/2013.

3. Política de Investimentos 2014 - Macroalocação

3.1 Plano Cenibra

A carteira de investimentos do Plano Cenibra é composta exclusivamente por investimentos no segmento de Renda Fixa. A maior parte deste plano se manterá investida em títulos indexados ao IGP-M e IPCA, públicos e privados, mantendo-se um mínimo de alocação de 80% dos RGRT.

Segmentos	%RGRT			Modalidades	%RGRT
	Alvo	Inf	Sup		Limite
Renda Fixa	100%	100%	100%	Títulos Públicos Federais	100,0%
				FIDC e FICFIDC	5,0%
				Notas Promissórias CRI	5,0%
				Debêntures e Crédito de Inst. Financeiras	80,0%

O conjunto de todos os ativos de Renda Fixa, com exceção dos títulos da dívida pública mobiliária federal, deverá respeitar o limite de até 80% dos RGRT, incluindo aí debêntures, Letras Financeiras, CDBs, dentre outros.

A meta atuarial e as rentabilidades esperadas da alocação proposta para o ano de 2014 do Plano Cenibra estão descritas no quadro abaixo:

		Rentabilidade Esperada	
		Taxa mínima atuarial	Plano Cenibra
Renda Fixa	IGPM + 5,5% a.a	11,41%	14,16%
Plano Cenibra	IGPM + 5,5% a.a	11,41%	14,16%

A metodologia e critérios para avaliação dos riscos (de mercado, de crédito, liquidez, sistêmico, operacional e legal), a política de utilização de instrumentos derivativos e a metodologia para apuração dos ativos financeiros para o Plano Cenibra estão descritos nos itens 6, 4 e 5, respectivamente, deste documento.

4. Política de Uso de Derivativos

A Valia poderá utilizar instrumentos derivativos em suas diversas carteiras, nos segmentos de Renda Fixa, Renda Variável e Investimentos no Exterior, mediante avaliação prévia dos riscos envolvidos e registro das operações em bolsa de valores ou de mercadorias e futuros, com o objetivo de proteger seus investimentos, reduzindo sua exposição ao risco de mercado. Além disso, poderão ser utilizados instrumentos derivativos para assumir posições direcionais em Renda Fixa. A avaliação prévia dos riscos de operações com derivativos será realizada com o entendimento prévio dos aspectos de apuração das operações, necessidade de pagamento de ajustes e chamadas de margem de garantia, avaliação do risco de crédito eventual das contrapartes e com a simulação do risco das operações, utilizando as ferramenta de VaR e testes de stress. Na utilização de derivativos serão observados os limites e condições abaixo:

- (i) O depósito de margem estará limitado a 15% da posição em títulos públicos federais, títulos e valores mobiliários de emissão de instituição financeira autorizada a funcionar pelo BACEN e ações pertencentes ao Ibovespa da carteira de cada plano ou fundo de investimento.
- (ii) O valor total dos prêmios de opções pagos estará limitado a 5% da posição em títulos públicos federais, títulos e valores mobiliários de emissão de instituição financeira autorizada a funcionar

pelo BACEN e ações pertencentes ao Ibovespa da carteira de cada plano ou fundo de investimento.

Nas carteiras de Renda Fixa e Renda Variável terceirizadas poderão ser utilizados instrumentos derivativos, sem que gerem alavancagem ao fundo e desde que o gestor/administrador cumpra os limites de exposição acima citados e, ainda, se comprometa em regulamento em prestar informações periódicas sobre essas operações, incluindo a descrição da estratégia de alocação, o resultado das operações, dentre outras.

5. Metodologia ou Fontes de Referência Adotadas para Apuração dos Ativos Financeiros

5.1. Apuração de Ativos do Segmento de Renda Fixa

Dentre os processos elaborados e seguidos pela Valia está o de apuração do valor de mercado ou do intervalo referencial de preços máximos e mínimos dos ativos financeiros de renda fixa. Existe uma Instrução que descreve o procedimento a ser adotado quando da negociação de um ativo de Renda Fixa no mercado de balcão de forma a manter aderentes ao mercado os preços negociados pela Valia. São consultadas algumas fontes públicas de informação, de notório reconhecimento e ampla utilização pelo mercado, tais como Anbima, COMPARE-Anbima, Bloomberg e CETIP-Net. A intenção é assegurar, no mínimo, que os preços apurados são consistentes com os preços de mercado vigentes à época da negociação, sendo que para os casos que por ventura isso não seja possível a Valia deverá seguir de forma integral o que prevê a legislação vigente.

Em caso de problemas nas fontes supracitadas utilizaremos forma complementar, qual seja a consulta telefônica gravada a pelo menos 3 (três) instituições para que se forme o intervalo referencial de compra ou venda como caso anterior.

O apuração dos investimentos do segmento de Renda Fixa da Valia é realizado pelo custodiante dos ativos, seguindo práticas de mercado, manuais de apuração e dispositivos legais.

6. Metodologia e Critérios para Avaliação de Risco

6.1. Modelo de Risco

A Valia conta com um modelo de gestão de riscos, baseado em três níveis:

- Definição de Políticas;
- Gestão; e
- Controle.

A definição de políticas de gestão de risco é realizada ex-ante, e incorpora a determinação de como serão mensurados e controlados os riscos aos quais estão expostos os investimentos da Valia. Os riscos aos quais a Valia está exposta incluem o risco sistêmico e os riscos de mercado, crédito, de liquidez, operacionais e legais.

O processo de investimento da Valia é baseado em processos documentados, que incluem manuais e procedimentos, e em decisão colegiada, com políticas de alçada para cada nível de tomada de decisão. Estes níveis incluem o Conselho Deliberativo da Valia, Comitê Financeiro, Comitê de Investimentos, Diretoria Executiva e Gerências. Adicionalmente, são prestadas contas ao Conselho Fiscal da Valia, trimestralmente.

O processo de investimento fundamenta-se nas diretrizes definidas no Planejamento Estratégico, que conta com o auxílio técnico de Estudos de ALM e das projeções de cenários macro-econômicos de longo prazo elaborados por consultorias especializadas. Este processo é consolidado na revisão anual desta Política de Investimentos.

No processo de gestão de carteiras, a Valia conta com sistemas e relatórios de apoio à tomada de decisão, onde é possível realizar simulações de exposição a riscos e otimização de carteiras. A Valia também conta com fornecedores contratados que fornecem ferramentas e relatórios que auxiliam na mensuração de riscos de crédito, de mercado, de liquidez, bem como na mensuração do risco sistêmico.

Uma vez realizados os investimentos, torna-se

crucial para o alcance das metas de rentabilidade o constante monitoramento e reavaliação dos riscos, em função das alterações nas condições econômicas, bem como o monitoramento da rentabilidade dos ativos vis-à-vis os índices de referência. Para este controle, a Valia possui Relatórios de Performance, Relatórios de Riscos, Relatórios de Enquadramento e o sistema PGV, que visa monitorar o atingimento das metas.

Neste controle, tem destaque o papel do custodiante dos ativos da Valia, que avalia, de forma consolidada, a aderência dos investimentos da Valia aos limites de risco e exposição determinados, bem como aos limites legais. O custodiante oferece o serviço de compliance ativo, impedindo a realização de operações que poderiam levar a Valia a se desenquadrar com relação aos limites pré-estabelecidos.

Ainda no tocante ao monitoramento dos investimentos, tem papel fundamental a Gerência de Gestão de Risco Operacional e Governança (GAGES) da Valia. São atribuições desta gerência:

- Estabelecer e gerir o Processo de Padronização;
- Garantir o Enquadramento na Legislação Vigente;
- Identificar a criação ou alteração de leis em parceria com a área jurídica;
- Divulgar a legislação em parceria com a área jurídica;
- Analisar impactos e criar ou revisar padrões;
- Assessorar o gerenciamento da rotina funcional;
- Realizar diagnósticos de controles internos (com cópia para o Conselho Fiscal);
- Realizar diagnósticos de mensuração de possíveis riscos operacionais.

O fechamento do processo de investimento conta ainda com a identificação de oportunidades de melhoria nos processos internos da Valia, que são cadastradas no sistema SISCOM e acompanhadas

pela referida área.

6.2. Risco de Mercado

A avaliação do risco de mercado dos investimentos é realizada por empresa de Consultoria especializada contratada. Esta empresa emite semanalmente relatórios onde apresenta as maiores exposições aos fatores de risco; calcula o VaR (Valor em Risco), "duration" (prazo médio) das carteiras, o diferencial da marcação a mercado (MtM) e análise de stress. A metodologia utilizada é a de VaR paramétrico com 95% de confiança.

Adicionalmente, o custodiante envia diariamente relatórios de risco específicos para os Fundos de Investimento de Renda Fixa ou Renda Variável. Este relatório contém o VaR destes Fundos, as principais contribuições ao risco de mercado e suas contribuições marginais.

No caso dos fundos de renda fixa cuja gestão é terceirizada, além dos controles realizados pela Valia com os relatórios fornecidos pela consultoria contratada e pelo custodiante, está previsto no regulamento de cada fundo o limite estabelecido para risco de mercado.

Para a avaliação e gestão do risco de mercado dos ativos de renda variável (carteira de ações em mercado), a Valia utiliza ainda metodologia adicional desenvolvida pela empresa MSCI Barra, que visa monitorar o risco ativo das carteiras. Esta metodologia permite acompanhar e gerir as carteiras de renda variável focando na sua aderência ao índice de referência (Tracking-error) e na avaliação de exposições a fatores de risco.

6.3. Risco de Crédito

O monitoramento do risco de crédito nos investimento realizados pela Valia é acompanhado em diversas esferas:

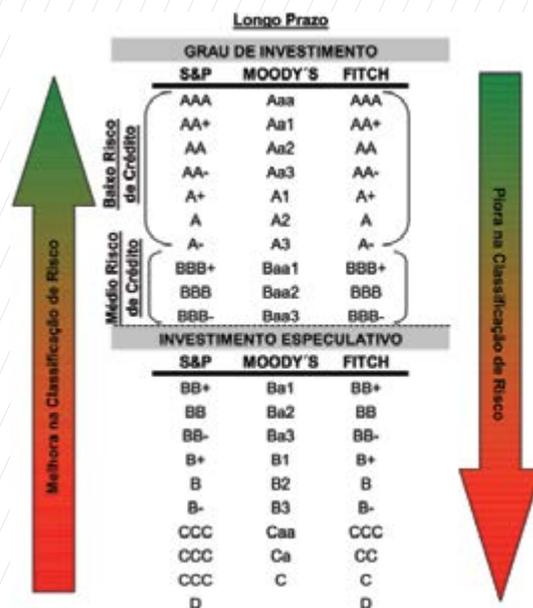
- Alocação por ratings e perda esperada por carteira;
- Alocação por setor; e

- Alocação por emissor.

De forma a mitigar o risco de crédito bancário ex-ante, é definido um limite exposição máxima a instituições financeiras, tendo como fonte de dados indicadores calculados pela Consultoria Risk Bank. Esta consultoria, através de uma análise das Demonstrações Contábeis das Instituições Financeiras, avalia a capacidade de pagamento destas Instituições utilizando uma metodologia de "scoring", chegando a notas diferenciadas e crescentes na proporção da qualidade creditícia. A Valia possui como política alocar recursos em Instituições Financeiras de grande porte, referendadas pelos comitês de assessoramento da Diretoria Executiva.

Quanto à alocação em ativos emitidos por Instituição não financeira, a Valia adota como premissa investir em ativos classificados como baixo risco de crédito, objetivando uma gestão de investimentos conservadora em relação à exposição ao crédito privado. As operações de risco de crédito são recomendadas por comitês da Valia, com utilização de agências classificadoras de risco de crédito. Quando necessário, é realizada avaliação interna da capacidade de pagamento, com projeção de fluxo de caixa da empresa, pela equipe de análise da Fundação.

Quadro de Estrutura de Classificação de Rating Local



Abaixo destacamos os limites de alocação e de concentração por emissor:

Alocação Por Emissor

Emissor	Mínimo	Máximo	Não se Aplica
Tesouro Nacional	0%	100%	
Instituições Financeiras	0%	20%	
Tesouro Estadual ou Municipal			x
Companhia Aberta com Registro na CVM	0%	10%	
Organismo Multilateral			x
Companhia Securitizadora	0%	10%	
Patrocinador do Plano de Benefício	0%	10%	
FIDC/FICFIDC	0%	10%	
Fundo de Índice Referenciado em Cesta de Ações de Cia Aberta	0%	10%	
Sociedade de Propósito Específico - SPE	0%	10%	
FI/FIC Classificado no segmento de Investimentos Estruturados	0%	10%	
FI/FIC Classificado como dívida externa no segmento Investimentos no Exterior	0%	10%	

Concentração Por Emissor

Emissor	Mínimo	Máximo
% do capital votante de uma mesma Cia Aberta	0%	25%
% do capital Total de uma mesma Cia Aberta ou de uma mesma SPE	0%	25%
% do capital Total de uma mesma SPE (exclusiva para atuar como concessionária, permissionária, arrendatária ou autorizada)	0%	30%
% do PL de uma mesma instituição Financeira	0%	25%
% do PL de Fundo de índice referenciado em cesta de ações de Cia aberta	0%	25%
% do PL de Fundo de Investimento classificado no segmento de Investimentos Estruturados	0%	25%
% do PL de Fundo de Investimento classificado no segmento de Investimentos no Exterior	0%	25%
% do PL de Fundos de Índice no Exterior negociados em bolsa de valores no Brasil	0%	25%
% do PL de Fundos de Investimento ou FIC classificado como dívida externa no segmento de investimentos no exterior	0%	25%
% do Patrimônio separado de certificados de recebíveis com regime fiduciário	0%	25%

Concentração Por Investimento

Emissor	Mínimo	Máximo
% de uma mesma série de títulos e valores mobiliários	0%	25%
% de uma mesma classe	0%	25%
% de uma mesma classe ou série de cotas de FIDC	0%	25%
% de um mesmo empreendimento imobiliário	0%	25%

6.4. Risco de Liquidez

Conforme descrito em tópico específico desta Política, a Valia gerencia seus ativos de forma a garantir o permanente equilíbrio econômico-financeiro entre estes ativos e o passivo atuarial e demais obrigações de seus planos de benefício utilizando para isso o modelo de ALM.

As carteiras ótimas geradas pelo modelo obedecem à restrição de que durante o período da janela foco da simulação não pode haver fluxo de caixa negativo, ou seja, o Plano não pode ficar ilíquido em período algum.

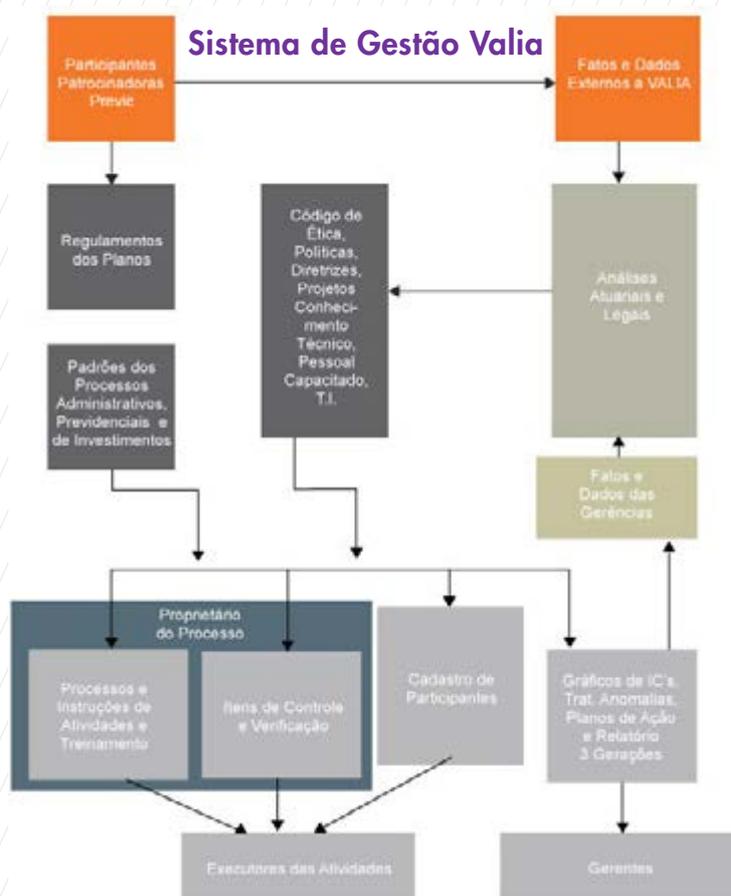
6.5. Risco Sistêmico

A avaliação do risco sistêmico dos investimentos é realizada por empresa de consultoria especializada contratada. Esta empresa emite semanalmente relatórios onde apresenta "Testes de Stress" cujo objetivo é avaliar o comportamento da carteira de investimentos da Fundação para grandes mudanças nas variáveis financeiras

(como taxas, preços, etc.), utilizando os cenários de stress divulgados pelo Comitê de Risco da BM&FBovespa.

6.6. Risco Operacional

A Valia possui um Sistema de Gestão baseado no mapeamento de todos seus processos, na definição de indicadores de desempenho e na implementação do gerenciamento pelas diretrizes. As atividades de controle estão sob a responsabilidade dos gestores (gerenciamento funcional) e da área de gestão de risco operacional e governança (gerenciamento interfuncional - Compliance). Adicionalmente, contratamos junto ao Custodiante o serviço de Compliance Ativo, visando reforçar o controle de enquadramento dos investimentos perante a legislação e esta Política de Investimentos. Cabe ressaltar que este serviço é acompanhado e monitorado pela Gerência de Gestão de Risco Operacional e Governança (GAGES).

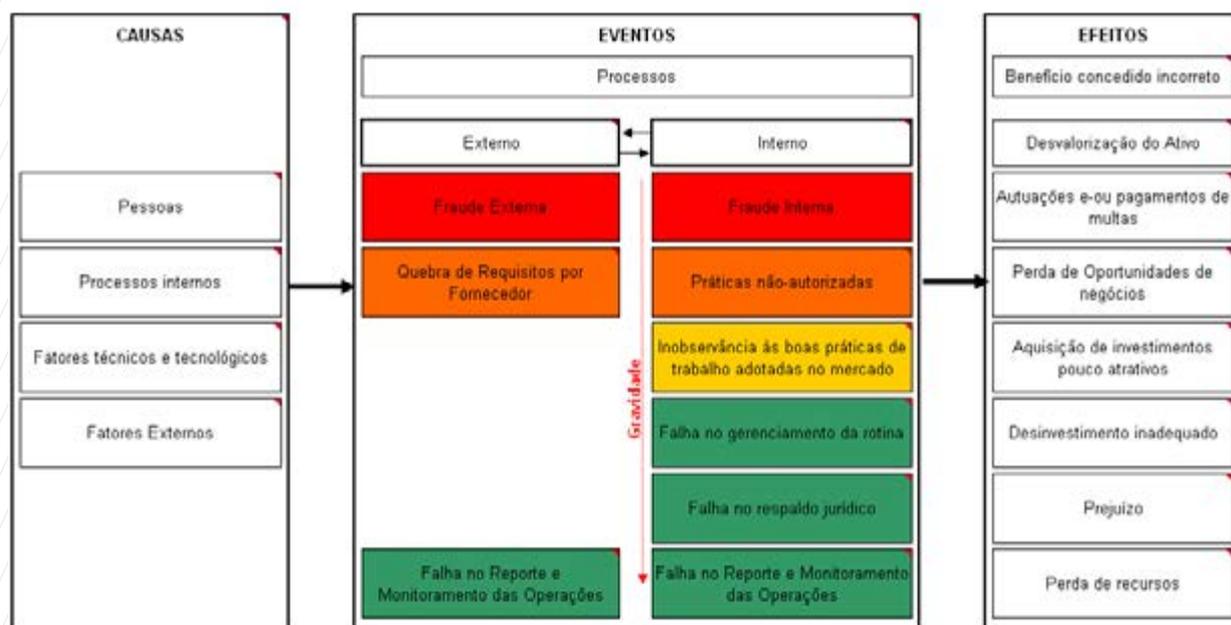


A Valia implementou seu sistema de Gestão da Qualidade com base no PDCA (Plan/ Do/ Check/ Action) nos horizontes de longo, médio e curto prazos, através da execução do Planejamento Estratégico, Gerenciamento pelas Diretrizes e Gerenciamento da Rotina, respectivamente. Vale ressaltar que este sistema é certificado de acordo com a Norma ABNT-ISO: 9001/2008.

No que diz respeito ao enquadramento na legislação vigente, a Valia possui um sistema de acompanhamento das obrigações legais denominado "Sistema de Gestão da Informação-SGI-Agenda" no qual cada responsável pela obrigação declara que cumpriu o requisito legal (Control Self Assessment - CSA) e a GAGES verifica, por amostragem, a evidência do cumprimento.

Em complemento, foi implementado pela Valia um processo de gerenciamento do Risco Operacional utilizando a metodologia de mensuração de perda esperada que calcula a distribuição de perdas agregadas de acordo com a estimativa de frequência e severidade de um evento. Tal processo utiliza procedimentos numéricos (simulação de Monte Carlo) com o objetivo de estabelecer a Loss Distribution Approach (LDA). Os riscos são classificados de acordo com uma adaptação dos conceitos de Basileia II segundo as seguintes categorias:

Classificação dos eventos de perda



O controle dos riscos é realizado pelos próprios gestores utilizando-se de acompanhamentos dos planos de ação de mitigação. O monitoramento é realizado pela GAGES que realiza diagnósticos de controles internos nos processos avaliando o impacto destes riscos reportando para a Diretoria Executiva e Conselho Fiscal.

Um Sistema de Gestão denominado "Sistema Compliance" está estabelecido objetivando garantir que os negócios atuais e futuros da Valia apresentem maior grau de confiabilidade, mantendo-os em conformidade com a estrutura legal que regula os Fundos de Pensão no Brasil e com padrões estabelecidos pela própria Fundação.

Abaixo descrevemos detalhadamente os seus principais pontos:

Estrutura de Controles e Atendimento de Objetivos, Políticas e Procedimentos

Sistemas de Informação utilizados:

- Sistema de Padronização Vale (SISPAV) – Sistema de gestão dos procedimentos documentados da Valia e registro de treinamento em padrões.
- Portal de Gestão Vale (PGV) – Sistema de gestão dos indicadores e do Planejamento Estratégico, além do acompanhamento de planos de ação para melhoria dos processos;
- Sistema de Controle de Oportunidades de Melhoria (SISCOM) – Sistema de gestão e acompanhamento dos registros de não conformidades de auditorias internas e externas do Sistema de Gestão da Qualidade, recomendações decorrentes dos diagnósticos de controles internos e gerenciamento de risco operacional, além do acompanhamento das não conformidades de rotina;

Comunicação Interna

Utilização de intranet -SISPAV para a divulgação dos padrões a todos os usuários, bem como registros de treinamentos, além de disponibilização de informações em meios de divulgação interna.

Segregação de Atividades e Funções e Delegação de Atribuições

Encontram-se delimitadas de modo a não configurar conflito de interesses conforme documentos disponíveis para consulta no SISPAV.

Avaliação e Aprimoramento dos Controles Internos

Utilização do PGV para acompanhamento dos indicadores relacionados ao desdobramento das metas estratégicas e ao gerenciamento da rotina funcional (gerência).

Comunicação de Deficiências

O PGV encontra-se implementado em todas as gerências da Valia. Neste sistema temos disponíveis os registros "Comentário de Gráfico" e "Plano de Ação" para os indicadores que se encontram fora da meta estabelecida.

Analogamente, as oportunidades de melhoria e seus respectivos planos de ação identificados nos Diagnósticos realizados pela GAGES são registrados em relatório e enviados ao conhecimento da Diretoria Executiva, Presidente do Conselho Fiscal e às gerências envolvidas. As recomendações e planos de ação derivados destes relatórios são cadastrados no SISCOM no diretório Valia-Compliance para follow-up pari passu aos prazos determinados pelas áreas.

Os pontos identificados pela área de auditoria do Patrocinador/Instituidor também são objeto de acompanhamento em sistema próprio disponível na intranet. O posicionamento das áreas é registrado em banco de dados.

Adicionalmente, com a certificação ISO-9001:2008 utilizamos o SISCOM para acompanhamento das não conformidades do sistema de gestão da qualidade (SGQ).

Continuidade de Negócios

A Valia implementou em 2010 o Plano de Continuidade de Negócios, o qual contou com as seguintes seis fases: Planejamento, Business Impact Analysis, Seleção de Estratégias, Planos de Continuidade, Governança e Treinamentos e Testes.

Os seguintes processos foram considerados críticos de acordo com a metodologia implementada:

Renda Fixa	Renda Variável
Título Privado Empresa	Processo de Envio de Informações ao COAF
Processo -Back office	Cadastro
Arrecadação	Resgate
Contas a Pagar	Fluxo de Caixa
Contas a Receber	Investimento Imobiliário
Concessão	Cobrança
Recebimento	Folha de Pagamento
Perícias	Gerência de Atendimento Corporativo e Comunicação (GAATA)
Contábil	Cálculo de Cotas

Estes processos tiveram estratégias definidas para as indisponibilidades nos pilares de Pessoas, Sistemas e Localidades.

Como estratégia para o pilar Pessoas a Valia definiu que todos os responsáveis teriam substitutos imediatos para suas funções. Para o pilar Sistemas a estratégia prevê o alinhamento com a Vale e para o Pilar Localidade a Valia instituiu um site de contingência na sala 1905 do Centro Empresarial Cidade Nova (CECN – Teleporto) com 51 estações de trabalho para todas as pessoas que estão envolvidas nos processos críticos.

Todas as estratégias definidas pelos gestores nos processos críticos de negócios estão documentadas em procedimentos específicos cadastrados no SISPAV e monitorados pela área de governança.

A GAGES elaborou um plano de testes do Plano de Continuidade de Negócios da VALIA visando monitorar permanentemente a gestão da continuidade.

6.7. Risco Legal

O risco legal consiste em conceito amplo, representado como medida da incerteza relativa à regulação (riscos externos) e aos riscos operacionais (internos), com reflexos nos contratos, ações judiciais, tributação, entre outros aspectos, podendo influenciar de forma mais ampla a própria estratégia do negócio. No âmbito externo,

como metodologia de mitigação de riscos podemos citar a análise e o acompanhamento permanente da evolução do cenário legal e a sua divulgação no âmbito da instituição, de modo a subsidiar os planos de ação administrativos, consideradas as repercussões das alterações normativas. No âmbito interno, no que tange às ações judiciais, o monitoramento adequado por meio de relatórios periódicos para auditoria e Diretoria, contemplando as análises dos advogados sobre as probabilidades de êxito (remota, provável ou possível) são recomendáveis, objetivando subsidiar a decisão administrativa quanto aos provisionamentos. Também é apresentado ao Conselho Fiscal semestralmente relatório contemplando os valores de provisionamento referentes ao contencioso. No âmbito contratual, tributário e de processos decisórios, a adoção sistemática de prévias análises jurídicas por meio de pareceres técnicos, consiste em elemento mitigador de risco recomendável. Tais práticas já são adotadas pela Valia.

No que concerne aos investimentos pode-se definir o risco legal como sendo o risco de perdas resultantes do não cumprimento de leis/regulamentações, perda de reputação e má formalização de operações. Para mitigar esses riscos, a Valia conta com assessoria legal que acompanha o processo decisório dos investimentos como um todo, com a intenção de identificar, avaliar e mitigar os riscos legais envolvidos, bem como avaliar potenciais conflitos de interesse dos seus prestadores de serviços e assim, embasar as decisões estratégicas de investimentos com agilidade e alto grau de confiança.

O gerenciamento do risco legal pressupõe uma abordagem qualitativa, identificando e opinando sobre riscos, avaliando controles, com o objetivo de mitigar riscos de perdas, e/ou não aderência à legislação e uma abordagem quantitativa visando mensurar o risco legal para efeito de gestão.

Na metodologia, a identificação de riscos legais pressupõe a análise dos riscos potenciais (internos e externos) que poderão impactar nos objetivos da Valia. Na avaliação e mensuração dos riscos legais identificados considerando as análises quantitativas e qualitativas referidas, formam-se subsídios para a tomada de decisão, estratégias de controle e mitigação e planos de ação. No

monitoramento do risco legal são adotadas sistemáticas execuções de processo de vigilância e acompanhamento, com o objetivo de verificar se as práticas e os processos existentes e mapeados estão aderentes aos regulamentos internos e à legislação. Neste contexto, se faz a atuação da área de compliance, além da atuação jurídica demandada. No controle e mitigação dos riscos operacionais são implementadas ações que tratam da execução de planos e medidas de correção e adequação, quando verificados desvios das práticas e processos em relação ao arcabouço normativo e organizacional, consistindo na adoção de estratégias de melhoria dos processos, com ênfase naqueles cujo impacto financeiro seja relevante à instituição.

7. Política para Seleção de Investimentos Responsáveis

A Valia não observa os princípios de responsabilidade socioambiental para a alocação de recursos do Plano Cenibra.

RESUMO DO DEMONSTRATIVO DE INVESTIMENTOS PLANO CENIBRA

	DEZEMBRO DE 2014		DEZEMBRO DE 2013	
	VALOR APLICADO	% APLICADO	VALOR APLICADO	% APLICADO
RECURSOS GARANTIDORES DAS RESERVAS TÉCNICAS	23.779.103	100	20.724.634	100
A - DISPONÍVEL EM CONTA CORRENTE	281	0,0	91	0,0
B - INVESTIMENTOS EM RENDA FIXA	23.778.821	100	20.724.544	100
CDB/LFS	1.638.099	6,9	1.473.368	7,1
FUNDOS RF	22.140.722	93,1	19.251.176	92,9

RESUMO DO DEMONSTRATIVO DE INVESTIMENTOS CONSOLIDADO

	Dezembro de 2014		Dezembro de 2013	
	Valor aplicado	% Aplicado	Valor aplicado	% Aplicado
RECURSOS GARANTIDORES DAS RESERVAS TÉCNICAS	17.900.835.031	100	16.956.750.085	100
A - DISPONÍVEL EM CONTA CORRENTE	561.906	0,0	292.404	0,0
B - INVESTIMENTOS EM RENDA FIXA	12.540.359.458	70,1	11.139.299.955	65,7
CDB/LFS	175.422.138	1,0	155.334.588	0,9
DEBÊNTURES	213.454.144	1,2	255.167.929	1,5
FUNDOS RF	6.632.009.698	37,0	6.614.088.693	39,0
TÍTULOS PÚBLICOS FEDERAIS	5.519.473.477	30,8	4.114.708.744	24,3
C - INVESTIMENTOS EM RENDA VARIÁVEL	2.225.645.221	12,4	2.918.244.308	17,2
AÇÕES	1.275.053.685	7,1	2.043.090.306	12,0
FUNDOS RV	950.591.535	5,3	875.154.002	5,2
D - INVESTIMENTOS ESTRUTURADOS	689.970.333	3,9	551.116.888	3,3
FUNDOS DE PARTICIPAÇÃO	670.761.688	3,7	532.215.420	3,1
FUNDO IMOBILIÁRIO	19.208.645	0,1	18.901.468	0,1
E - INVESTIMENTOS NO EXTERIOR	0	0,0	23.638.377	0,1
AÇÕES	0	0,0	23.638.377	0,1
F - INVESTIMENTOS IMOBILIÁRIOS	1.323.123.131	7,4	1.282.167.890	7,6
IMÓVEIS	1.323.123.131	7,4	1.282.167.890	7,6
G - OPERAÇÕES COM PARTICIPANTES	1.125.229.002	6,3	1.058.199.283	6,2
EMPRÉSTIMOS	1.121.349.270	6,3	1.045.019.745	6,2
FINANCIAMENTOS IMOBILIÁRIOS	3.879.731	0,0	13.179.538	0,1
H - INVESTIMENTOS A PAGAR	(4.054.020)	(0,0)	(16.209.021)	(0,1)

MONTANTE DOS INVESTIMENTOS EM GESTÃO TERCEIRIZADA DO PLANO CENIBRA

O PLANO CENIBRA NÃO POSSUI INVESTIMENTOS COM GESTÃO TERCEIRIZADA.

MONTANTE DOS INVESTIMENTOS COM GESTÃO TERCEIRIZADA CONSOLIDADO

Investimentos	Dezembro de 2014		
	Valor aplicado	% Sobre os rgrt	% Sobre o total terceirizado
RECURSOS GARANTIDORES DAS RESERVAS TÉCNICAS - RGRT	17.900.835.031	12,18	
Fundos de Renda Fixa / Gestor			
Mining / BRAM	818.208.219	4,57	37,52
E FIM / Santander Asset	234.173.437	1,31	10,74
Aldebaran / BTG Pactual	161.064.146	0,90	7,39
Onix / Banco Safra	148.717.321	0,83	6,82
BB Milenio VIII / BB DTVM	147.295.340	0,82	6,76
	126.957.976	0,71	5,82
Fundos Renda Variavel / Gestor			
Rauta FIA / Dynamo	672.343.991	3,76	30,83
ATMOS TERRA FIA / Atmos Gestão de Recursos	183.022.914	1,02	8,39
M SQUARE ALISIO FIA / M Square Investimentos	100.114.259	0,56	4,59
VINCI TROPICO FIA / Vinci Equities	91.913.697	0,51	4,22
SQUADRA HORIZONT FIA / Squadra Investimentos	71.486.605	0,40	3,28
BR CAP MERIDIANO FIA / BC Gestão de Recursos	53.755.047	0,30	2,47
Ibovespa Value / BRAM	51.436.877	0,29	2,36
SI MISTRAL FIA / Studio Investimentos	49.871.598	0,28	2,29
POLLUX ARTICO FIA / Pollux Capital	39.968.448	0,22	1,83
	30.774.547	0,17	1,41
Fundos de Investimento em Participação / Gestor			
FIP Sondas / Caixa Econômica Federal	670.761.688	3,75	30,76
Infra Brasil FIP / Mantiaq	202.166.858	1,13	9,27
Fundo Brasil de Internacionalização de Empresa FIP / CARLYLE	75.121.731	0,42	3,45
FIP KINEA PRIVITE II EQUITY/ Kinea Investimentos	56.527.064	0,32	2,59
FIP FS / CARLYLE	53.155.075	0,30	2,44
NEO Capital Mezanino FIP / NEO Gestão de Recursos Ltda	47.894.864	0,27	2,20
FIP Brasil de Governança Corporativa / Bozano Investimentos	41.804.225	0,23	1,92
BRZ ALL FIP / BRZ Investimentos	37.608.313	0,21	1,72
Brasil Sustentabilidade FIP / Latour Capital do Brasil Ltda	23.508.480	0,13	1,08
FIP BRPETROLEO / Mantiaq	22.086.510	0,12	1,01
Brasil Mezanino Infra-Estrutura FIP / Darby Stratus Adm. de Investimentos Ltda	21.965.293	0,12	1,01
CRP VII FIP / CRP Cia. Participações	18.288.562	0,10	0,84
CTS II FIP/CRV Dist. Títulos e Valores Mobiliários	15.958.261	0,09	0,73
2B CAPITAL FIP / 2BCapital	12.000.529	0,07	0,55
FIP PORTOS / BRZ Investimentos	11.478.180	0,06	0,53
FIP Investidores Institucionais III / Angra Partners	10.986.600	0,06	0,50
Investidores Institucionais FIP / Angra Partners Consultoria Empresarial e Participações Ltda	10.576.376	0,06	0,49
BNY FIP / BNY Mellon	4.819.545	0,03	0,22
Fundo Brasil de Internacionalização de Empresa FIP II / TCG Gestor LTDA	2.948.271	0,02	0,14
DGF FIPAC2/DGF Investimentos Gestão de Fundos LTDA	1.676.864	0,01	0,08
	190.088	0,00	0,01
FUNDO IMOBILIÁRIO / GESTOR			
Fundo de Investimento Imobiliário Panamby / Banco Brascan SA	19.208.645	0,11	0,88
	19.208.645	0,11	0,88
TOTAL TERCEIRIZADO	2.180.522.544		100

PARECER ATUARIAL DO PLANO CENIBRA

Rio de Janeiro, 8 de janeiro de 2015.

Cumpre-nos declarar que, depois de reavaliarmos as Provisões Matemáticas do Plano de Benefícios administrado por essa Entidade, observados critérios aceitos internacionalmente e respeitando a legislação vigente, conforme demonstrado a seguir, e de examinarmos o Balanço e o Demonstrativo de Resultados correspondentes, levantados em 31/12/2014, verificamos terem sido atendidas todas as exigências pertinentes aos aspectos atuariais.

As Provisões Matemáticas a seguir apresentadas foram dimensionadas em 31/10/2014 e foram atualizadas através do método de recorrência para 31/12/2014.

Nesta data, o valor das Provisões Matemáticas é:

	Valores em R\$ 1,00	
- Benefícios Concedidos	R\$	12.526.248,29
- Contribuição Definida	R\$	0,00
- Saldo de Contas dos Assistidos	R\$	0,00
- Benefício Definido Estruturado em Regime de Capitalização	R\$	12.526.248,29
- Valor Atual dos Benefícios Futuros Programados – Assistidos	R\$	10.730.407,45
- Valor Atual dos Benefícios Futuros Não Programados – Assistidos	R\$	1.795.840,84
- Benefícios a Conceder	R\$	0,00
- Contribuição Definida	R\$	0,00
- Saldo de Contas – Parcela Patrocinador(es)/Instituidor(es)	R\$	0,00
- Saldo de Contas – Parcela Participantes	R\$	0,00
- Benefício Definido estruturado em Regime de Capitalização Programado	R\$	0,00
- Valor Atual dos Benefícios Futuros Programados	R\$	0,00
- Valor Atual das Contribuições Futuras dos Patrocinadores	R\$	0,00
- Valor Atual das Contribuições Futuras dos Participantes	R\$	0,00
- Benefício Definido Estruturado em Regime de Capitalização Não Programado	R\$	0,00
- Valor Atual dos Benefícios Futuros Não Programado	R\$	0,00
- Valor Atual das Contribuições Futuras dos Patrocinadores	R\$	0,00
- Valor Atual das Contribuições Futuras dos Participantes	R\$	0,00
- Benefício Definido Estruturado em Regime de Repartição de Capitais de Cobertura	R\$	0,00
- Benefício Definido Estruturado em Regime de Repartição Simples	R\$	0,00
- Provisões Matemáticas a Constituir	R\$	0,00
- Serviço Passado	R\$	0,00
- Patrocinador(es)	R\$	0,00
- Participantes	R\$	0,00
- Déficit Equacionado	R\$	0,00
- Patrocinador(es)	R\$	0,00
- Participantes	R\$	0,00
- Assistidos	R\$	0,00
- Por Ajustes das Contribuições Extraordinárias	R\$	0,00
- Patrocinador(es)	R\$	0,00
- Participantes	R\$	0,00
- Assistidos	R\$	0,00
- Total das Provisões Matemáticas	R\$	12.526.248,29
- Fundo Previdencial	R\$	2.796.446,53
- Reversão de saldo por exigência Regulamentar	R\$	0,00
- Revisão de Plano	R\$	0,00
- Outros – Previsto em Nota Técnica Atuarial	R\$	2.796.446,53

O valor das Provisões Matemáticas obtido no exercício de 2013 projetado para a data base do cadastro de 2014, correspondeu a R\$ 12.456.792,77, enquanto que o valor obtido para as provisões matemáticas, conforme Avaliação Atuarial realizada em 2014, foi de R\$ 12.428.552,32.

Tendo em vista a existência de reduzida massa de assistidos e a dispersão entre as idades e valores, houve recomendação da Entidade e Patrocinador quanto ao registro de Fundo Previdencial – Outros. Diante da recomendação, optamos por dimensionar a garantia de que os benefícios estejam cobertos até que, para cada benefício, o mais novo participante ou seu beneficiário vitalício complete a idade de 110 anos de idade.

Por tratar-se de plano de benefícios com características de Benefício Definido, poderá ter seu custo modificado em decorrência da não verificação de hipóteses atuariais como por exemplo:

- a) rentabilidade incompatível com a esperada;
- b) tábuas biométricas;

Esclarecemos ainda, que:

a) Dados e Estatísticas

Os dados dos participantes, assistidos e beneficiários utilizados na avaliação atuarial estão posicionados em 31/10/2014.

O cadastro de participantes recebido foi analisado pela ATUAS através de testes de consistências e, gerando possíveis inconsistências, estatísticas e comparativos com o cadastro referente ao exercício anterior. Registramos que não é garantido que todas as distorções tenham sido identificadas e analisadas, entretanto diante da responsabilidade da Entidade, do Patrocinador e de seus representantes legais sobre a conformidade e autenticidade das informações prestadas, os dados individuais foram considerados aceitáveis;

Não há participantes ativos, autopatrocinados e optantes pelo Benefício Proporcional Diferido.

O total de participantes assistidos é de 33 e o valor do benefício é de R\$ 1.875,22.

Os grupos de familiares recebendo benefício de pensão é igual a 4, o total de beneficiários é de 4 e o valor médio é de R\$ 2.307,98.

b) Regulamento

Este parecer tem como base a avaliação atuarial desenvolvida, considerando o disposto na respectiva Nota Técnica Atuarial e no regulamento vigente, encaminhado pela Entidade, o qual foi aprovado através da Portaria SPC/COJ nº 3.247, segundo publicação no Diário Oficial de 07/11/2000;

Conforme dispõe o Regulamento vigente, este plano está fechado a novas adesões, sendo complementar aos benefícios concedidos pela Previdência Oficial.

c) Hipóteses Atuariais

Registramos que as hipóteses atuariais utilizadas para fins de Avaliação Atuarial anual foram indicadas pelo Patrocinador e pela Entidade.

Nas avaliações atuariais foram adotadas as seguintes hipóteses atuariais indicadas, tendo em vista sua compatibilidade com a legislação vigente:

- Taxa Real Anual de Juros: 5,45%a.a.

Justificativa: *“É factível o atingimento da meta atuarial no seu nível proposto, a partir do “Relatório de Testes da Taxa de Juros” elaborado pelo atuário responsável do Plano e aprovado pelo Conselho Deliberativo da Valia que dispõe a taxa de juros a ser utilizada na Avaliação Atuarial de 2014.”*

- Indexador do Plano (Reajuste dos Benefícios): IGP-M

Justificativa: *“Corresponde ao indexador previsto no Regulamento do Plano de Benefícios.”*

- Projeção de Crescimento Real dos Benefícios do Plano: Não Aplicável

Justificativa: *“O critério fixado no Regulamento do Plano prevê somente a atualização de valores.”*

- Fator de Determinação do Valor Real ao Longo do Tempo dos Benefícios da Entidade: 1

Justificativa: *“Percentual definido considerando as características da massa de participantes e os atuais níveis inflacionários.”*

- Tábua de Mortalidade Geral: AT-1983(MALE) desagravada em 10 anos

Justificativa: *“Considerando as características da massa de participantes, optou-se por manter a adoção de tábua mais conservadora e continuar promovendo o acompanhamento das ocorrências.”*

- Hipóteses sobre Composição da Família de Pensionistas: Dados do participante

Justificativa: *“Optou-se por manter o critério que vem sendo adotado e, paralelamente, promover periodicamente a revisão do cadastro dos participantes.”*

As demais hipóteses são desnecessárias em função de não haver participantes em atividade e assistidos inválidos.

Comparativamente ao exercício anterior, foram mantidos as hipóteses, regimes financeiros e métodos formulados na reavaliação relativa àquele exercício, a exceção da taxa de juros que passou de 5,5%a.a. para 5,45%a.a..

À semelhança do exercício anterior, o compromisso do plano foi dimensionado segundo o regime de capitalização (método agregado) para as suplementações/renda de aposentadorias em geral e pensões.

Apresentamos a seguir comparativo entre o número de ocorrências de morte de válidos, entrada em invalidez, morte de inválidos, observado nos 12 meses posteriores à avaliação anterior realizada em 31/10/2013 e o número esperado de acordo com as hipóteses atuariais adotadas naquela avaliação atuarial.

	Estimados	Ocorridos (*)
Ativos que se invalidaram	0	0
Válidos que faleceram	1	1
Inválidos que faleceram	0	0

(*) Fonte: Entidade

Esclarecemos que as incidências de mortalidade e invalidez deverão ser continuamente acompanhadas de forma a permitir a adoção de hipóteses aderentes à experiência do Plano.

d) Ativo do Plano

Com base nos valores contabilizados no Balanço do Plano relativo ao exercício de 2014, apuramos o Patrimônio garantidor dos compromissos do plano conforme indicado a seguir:

Ativo Bruto	R\$	24.713.274,20
Exigível Operacional	R\$	22.779,20
Exigível Contingencial	R\$	0,00
Fundos, exceto Previdencial	R\$	933.333,69
Ativo Líquido dos Exigíveis	R\$	23.757.161,31

Esclarecemos que não efetuamos qualquer análise sobre os valores contabilizados, os quais foram precificados sob inteira e exclusiva responsabilidade da Entidade, e que estamos considerando que tais valores reflitam a realidade.

e) Situação do Plano no encerramento do exercício

Comparando o valor do total das Provisões Matemáticas com o valor do Ativo Líquido dos Exigíveis, constatamos que o Plano está superavitário em 67,33% das Provisões Matemáticas, tendo sido registrados R\$ 3.131.562,07, em Reserva de Contingência e R\$ 5.302.904,42 em Reserva Especial.

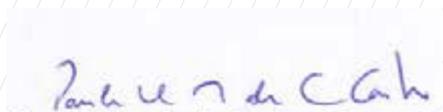
f) Considerações finais

O detalhamento quanto aos resultados está demonstrado na Nota Técnica 03/2014.

O plano de custeio tem vigência em 01/04/2015.

Prontos para quaisquer esclarecimentos adicionais que se fizerem necessários,

Atenciosamente



Paula Vieira Machado da Cunha Castro D'Almeida Marques
Atuária MIBA 1.374

DEMONSTRATIVO DE DESPESAS ADMINISTRATIVAS- PGA PLANO CENIBRA

PGA - CENIBRA			
Descrição	Previdencial	Investimentos	Total BD
Despesas Administrativas (A+B+C)	9.075	10.870	19.945
Despesas Comuns (A)	7.141	5.707	12.848
Pessoal e Encargos	4.109	3.563	7.672
Treinamentos	84	-	84
Viagens e Estádias	113	47	160
Serviços de Terceiros	2.101	615	2.716
Despesas Gerais	319	1.482	1.802
Depreciações e Amortizações	412	-	412
Outras Despesas	1	-	1
Despesas Específicas (B)	1.934	5.160	7.094
Outras Despesas (C)	-	3	3

DEMONSTRATIVO DE DESPESAS ADMINISTRATIVAS- PGA CONSOLIDADO

PGA - CONSOLIDADO			
Descrição	Previdencial	Investimentos	Total BD
Despesas Administrativas (A+B+C)	40.175.569	31.671.349	71.846.918
Despesas Comuns (A)	36.109.133	28.562.251	64.671.383
Pessoal e Encargos	20.538.381	17.814.689	38.353.070
Treinamentos	419.675	-	419.675
Viagens e Estádias	564.986	237.039	802.026
Serviços de Terceiros	10.511.878	3.075.298	13.587.176
Despesas Gerais	1.939.637	7.435.225	9.374.862
Depreciações e Amortizações	2.128.264	-	2.128.264
Outras Despesas	6.311	-	6.311
Despesas Específicas (B)	4.066.436	3.056.459	7.122.895
Outras Despesas (C)	-	52.640	52.640

PARECER DO CONSELHO FISCAL 2014

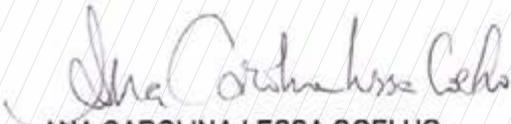
PARECER DO CONSELHO FISCAL

O Conselho Fiscal da Fundação Vale do Rio Doce de Seguridade Social – Valia, no uso de suas atribuições legais e estatutárias, examinou as Demonstrações Financeiras referentes ao exercício encerrado em 31 de dezembro de 2014. Com base nos exames efetuados, considerando ainda o relatório de auditoria dos auditores independentes, KPMG Auditores Independentes, datado de 25 de fevereiro de 2015, bem como as informações e esclarecimentos recebidos no decorrer do exercício, opina que os referidos documentos estão em condições de serem apreciados pelo Conselho Deliberativo.

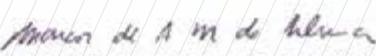
Rio de Janeiro, 03 de março de 2015.



DIONI BARBOZA BRASIL



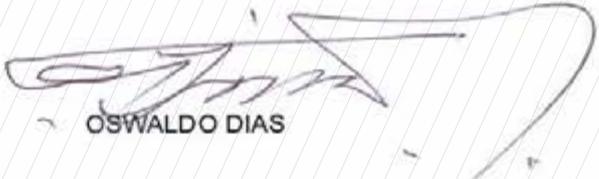
ANA CAROLINA LESSA COELHO



MARCOS DE ANDRADE MELO DA SILVEIRA



MARCOS CÉSAR SANTOS



OSWALDO DIAS

PARECER DO CONSELHO DELIBERATIVO 2014**CONSELHO DELIBERATIVO****DELIBERAÇÃO – Nº 01/2015**

O Conselho Deliberativo da Fundação Vale do Rio Doce de Seguridade Social – VALIA, no uso de suas atribuições legais e considerando:

1. O Balanço Patrimonial, Demonstração da Mutação do Patrimônio Social, Demonstrac o do Plano de Gestão Administrativa, Demonstrac es do Ativo Líquido por plano, Demonstrac es da Mutação do Ativo Líquido por plano, Demonstrac o das Provisões Técnicas por plano e notas explicativas às demonstrac es contábeis, relativos ao exercício findado em 31/12/2014, apresentados pela Diretoria Executiva da Entidade;
2. O parecer favorável da KPMG Auditores Independentes;
3. O parecer favorável do Conselho Fiscal datado de 03 de març o de 2015;

Delibera por unanimidade,

Aprovar as demonstrac es contábeis relativas ao exercício de 2014.

Rio de Janeiro, 11 de març o de 2015.



Marcus Vinicius Dias Severini

Presidente